

CAPITÃO QOPM FERNANDO KLEMPs

**ATIPICIDADE NOS CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES COMETIDOS POR
CADETES ADOLESCENTES**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento de Segurança Pública.

Orientadora de Metodologia: **Profa. Dra. Sônia Maria Breda**

Orientador de conteúdo: **Ten.-Cel. QOPM Maurício Tortato**

CURITIBA

2009

RESUMO

Monografia de especialização sobre a atipicidade dos crimes propriamente militares cometidos pelos cadetes adolescentes, tendo em vista anualmente a Polícia Militar do Paraná (PMPR) receber da sociedade candidatos interessados ao concurso de Oficial da Polícia Militar seja do quadro Policial Militar ou Bombeiro Militar, oriundos do concurso da Universidade Federal do Paraná e do Colégio da Polícia Militar. A questão norteadora da pesquisa, de cunho qualitativo, é investigar se o cadete adolescente comete crime, ato infracional ou transgressão disciplinar. Objetivo é analisar e contextualizar o Código Penal Militar, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Regulamento Disciplinar do Exército. Para atingir esse objetivo foram consultadas outras instituições militares por telefone, Academias de Polícia do Estado da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro (Academia Militar das Agulhas Negras inclusive), São Paulo e Santa Catarina. Ainda seis autoridades, diretamente ligadas ao assunto do trabalho na área de direito penal, direito penal militar e estatuto da criança e do adolescente foram entrevistadas. Analisada as bibliografias das legislações específicas e os dados das entrevistas, relativa as perguntas para cada autoridade responder. Como principal resultado, do processo de análise exploratória documental, destaca que nenhuma das legislações específicas, identificaram ou contribuíram para a construção do conhecimento na área proposta. Permitiu validar as hipóteses levantadas: a falta de registro em outras organizações militares de casos concretos que envolvam os cadetes adolescentes em atos com repercussão na esfera do direito penal militar, mais precisamente nos crimes propriamente militares. Há a necessidade urgente de se fazer uma melhor interpretação da legislação, para saber o que deve ser aplicado ao cadete adolescente, para que a Instituição não incorra em cometimento de ilegalidades aos casos que ocorram concretamente.

Palavras-chave: Oficial da Polícia Militar. Conflito. Crime. Ato infracional. Cadete adolescente.

LISTA DE SIGLAS

APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
CF	- Constituição Federal
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COM	- Código Penal Militar
CPP	- Código de Processo Penal
CPPM	- Código de Processo Penal Militar
CRS	- Centro de Recrutamento e Seleção
DPM	- Direito Penal Militar
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EsFO	- Escola de Formação de Oficiais
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PPMM	- Policiais-militares
QOPM	- Quadro de Oficiais Policiais-militares
QOBM	- Quadro de Oficiais Bombeiros-militares
RDE	- Regulamento Disciplinar do Exército
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
WSIG	- República Federal da Alemanha

LISTA DE APÊNDICE E ANEXOS

Apêndice A – QUESTIONÁRIO PARA OS ENTREVISTADOS.....	64
Anexo A – Relação das Transgressões Disciplinares previstas no anexo I do RDE.....	68
Anexo B – Edital nº. 046/2009 – Curso de Formação de Oficiais da PMPR ..	74
Anexo C – Edital DRH/CRS Nº. 08/2008 – CFO da PM de Minas Gerais	97
Anexo D – Edital nº. 002/2008 – CFO da PM de Santa Catarina	100
Anexo E – Edital nº. 001/113/08 – CFO da PM de São Paulo	101
Anexo F – Edital nº. 001/2008 – CFO da PM da Bahia	102
Anexo G – Alistamento Militar Anual da Diretoria de Serviço Militar – DSM ..	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	8
1.2 JUSTIFICATIVA	8
1.3 OBJETIVO GERAL	10
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.5 METODOLOGIA	10
2 CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES	12
2.1 COMPETÊNCIA PARA JULGAR E PROCESSAR OS CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES	18
2.2 A COMPETÊNCIA DAS AUDITORIAS MILITARES DOS ESTADOS	19
2.3 SIGNIFICADO JURÍDICO DA PALAVRA INCORPORAÇÃO	20
2.4 RELAÇÃO DOS CRIMES MILITARES	23
2.4.1 Crimes Contra a Segurança Externa do País	23
2.4.2 Dos Crimes Contra a Autoridade ou Disciplina Militar	23
2.4.3 Dos Crimes Contra o Serviço Militar e o Dever Militar	24
3 MENORIDADE PENAL	27
3.1 MAIORIDADE CIVIL	28
3.2 MAIORIDADE NO PROCESSO PENAL	29
3.3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)	30
3.3.1 Histórico	30
3.3.2 Procedimentos Empregados em Ato Infracional	34
4 ATIPICIDADE	35
5 TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR	37
6 METODOLOGIA	41
6.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	41
6.2 SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS	41
6.3 PESQUISA DE CAMPO	42
6.3.1 Análise documental	42
6.3.2 Entrevistas estruturadas	43
6.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DAS ENTREVISTAS	43
6.4.1 Tratamento e análise das legislações	43
6.4.2 Tratamento e análise das entrevistas	44
7 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	63
ANEXOS	67

1 INTRODUÇÃO

Hoje, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) está intrinsecamente ligada a todos os segmentos da comunidade, fazendo com que o seu rol de atividades evolua, aumentando também a complexidade em função de inúmeras variáveis, tendentes a influenciar no resultado dos atendimentos disponibilizados.

Contudo, observa-se que para ingressar como Oficial da PMPR, pode ocorrer por meio do concurso público realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ou pelas vagas preferenciais do Colégio da Polícia Militar do Paraná, conforme prevê o artigo 2º do decreto 3.132, de 25 de julho de 2008, o qual descreve:

Art. 2º Serão destinadas, mediante proposta do Comandante-Geral e por ato do Chefe do Poder Executivo, sempre que houver concurso, 30% (trinta por cento) das vagas estabelecidas no CFO/PM e no CFO/BM aos alunos que concluírem o ensino médio no COM, arredondando-se para o número inteiro subsequente, quando o percentual de vagas for número decimal em que a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco) e permanecendo o número inteiro, quando a primeira casa decimal for inferior a 5 (cinco).

Sendo que nas duas possibilidades há previsão no edital que a idade mínima é de 16 (dezesseis) anos para o candidato, e exigindo tão-somente o ensino médio completo (ANEXO B).

Com isso, o candidato depois de aprovado em todas as fases do concurso inclui na PMPR e imediatamente é matriculado na Escola de Formação de Oficiais, (EsFO) para realizar um curso com duração de 3 (três) anos. Verificando-se junto a P/1¹ da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), o índice de adolescentes que ingressam na Escola de Oficiais para cursarem a carreira de Oficial do Quadro de Oficial Policial-militar (QOPM) e do Quadro de Oficial Bombeiro-militar (QOBM) é de 30 a 40 por cento.

¹ Na Polícia Militar do Paraná a P/1 é o setor responsável pelos Recursos Humanos da Instituição.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A partir da inclusão do candidato, através do Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) da PMPR, ele é considerado militar das forças auxiliares com todos os direitos e deveres. Dessa forma, recebe salários, gratificações, risco de vida, auxílio médico, odontológico; mas estará sujeito às legislações atinentes a sua profissão policial-militar, quando do cometimento de crimes e transgressões disciplinares.

É indispensável tecer alguns questionamentos sobre os fatos que envolverem esse novo militar; ele cometerá crime ou ato infracional? Estará ele regido pelo Código Penal Militar (CPM) ou pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

O estudo monográfico desenvolvido sobre o tema “Atipicidade nos Crimes Propriamente Militares cometidos por Cadetes Adolescentes” possibilitou a detecção de falha jurídica quanto à questão dos atos com repercussão na esfera do direito penal militar.

Há a necessidade urgente de se fazer uma melhor interpretação da legislação, para saber o que deve ser aplicado ao cadete adolescente, para que a Instituição não incorra em cometimento de ilegalidades aos casos que aconteçam concretamente.

Dessa análise da legislação, à luz da realidade social, advém a possível elaboração de orientações nos casos concretos que envolvam os cadetes adolescentes em atos com repercussão na esfera do direito penal militar, mais precisamente nos crimes propriamente militares.

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância que levou esse Oficial Aluno em realizar o trabalho cujo tema é a Atipicidade dos Crimes Propriamente Militares pelo Cadete Adolescente foi a preocupação com a possibilidade da aplicação de uma legislação desatualizada, ou seja, o Código Penal Militar de 1969 prevê que os militares de dezesseis a dezoito

anos cometem crimes militares, contudo após o advento da Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu que as crianças e os adolescentes terão legislação específica. Dessa forma, em 1990, foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente, com isso a previsão de que os militares de dezesseis e dezessete anos estabelecida no Código Penal Castrense tornou-se parcialmente revogado, especificamente quanto à menoridade penal, pois a Constituição Federal confirmou que o adolescente é inimputável.

A Polícia Militar é uma instituição organizada com base na hierarquia e disciplina, devendo seus homens e mulheres seguirem as regras conforme regulamento disciplinar próprio, bem como estarem sujeitos a responderem por seus atos perante a justiça militar estadual.

O ingresso na Corporação se dá mediante concurso público; há três formas de ingresso, uma por Concurso para soldados no qual se exige escolaridade mínima ensino médio, a outra por meio da Escola de Formação de Oficiais onde se exige a aprovação em concurso através do vestibular realizado pela Universidade Federal, ou pelas vagas preferenciais oriundas do Colégio da Polícia Militar e por fim para o Quadro de Oficiais Não Combatente (Quadro de Saúde), cuja exigência é de ensino superior na área de interesse – médico, dentista, bioquímico, veterinário.

Para o ingresso como Soldado da Polícia Militar exige-se a idade mínima de 18 anos, dessa maneira a inclusão do soldado não se encaixa para o estudo em questão.

O motivo pelo qual irá se discorrer sobre este tema é pela preocupação com que a Corporação deva ter perante os Cadetes adolescentes quando dos seus atos que tenham repercussão na esfera do direito penal militar, contrariando a legislação castrense.

Por meio desse trabalho surgirão propostas para uma orientação aos casos concretos que venham a acontecer, e após a conclusão dessa dissertação para que se tenha uma conduta descrita para os casos que venham acontecer.

1.3 OBJETIVO GERAL

Demonstrar a atipicidade dos crimes propriamente militares cometidos pelos cadetes adolescentes.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar e contextualizar o Código Penal Militar, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação da PMPR;
- Levantar situações fáticas controvertidas registradas em outras organizações militares que adotam os mesmos requisitos de idade para ingresso na Escola de Formação de Oficiais;
- Propor orientações aos casos concretos ocorridos com os cadetes adolescentes.

1.5 METODOLOGIA

Nesse estudo, fez-se uma abordagem doutrinária, sobre a legislação que dá a previsão legal e principalmente que tipifica os crimes propriamente militares, deixando-o com entendimento mais comum a realidade civil para a conscientização da problemática abordada.

Abordaram-se logo depois, assuntos como a menoridade penal, a atipicidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Transgressão Disciplinar, posicionando e direcionando todos os assuntos relacionados a complexidade do problema em questão, fundamentando tudo o que a doutrina prevê relativo aos tópicos, possibilitando um completo conhecimento de base para tratarmos diretamente sobre o objetivo da pesquisa.

Por derradeiro, através de pesquisa de campo (por meio de entrevista), sendo consultadas autoridades como Desembargador, Juízes, Promotores e

Delegado que estão envolvidos diariamente com as questões dos Militares e dos Adolescente, tratar-se-á a realidade de como é tratado o tema demonstrando a preocupação quanto atos com repercussão na esfera do direito penal militar cometidos pelos cadetes adolescentes, sugerindo uma orientação aos casos concretos ocorridos e ainda, comparar a legislação da Polícia Militar do Paraná com as Polícias Militares dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, entre outras, verificar-se-á as medidas e cautelas adotadas diante de tal lacuna.

2 CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES

Frequentemente, órgãos do Ministério Público Militar Estadual denunciam policiais militares por crimes cuja materialidade exige a qualidade de militar do agente. Abandono de posto, publicação indevida, recusa de obediência, desrespeito a superior, deserção, dormir em serviço são alguns exemplos de crimes propriamente militares. Em geral, o policial militar também responde por qualquer crime previsto no Código Penal Militar (CPM), quando praticado em serviço ou nas dependências da repartição.

Apesar do entendimento de que não existe critério objetivo para distinguir essas nomenclaturas, o certo é que o legislador não conferiu autonomia conceitual plena aos Militares Estaduais no instituto do Direito Penal Militar (DPM), além de que deixou explícito na ideologia do CPM que *“são considerados militares para efeitos penais qualquer pessoa incorporada às Forças Armadas para nela servir em posto, graduação ou sujeição à disciplina”*.

Um fato, para ser considerado delituoso, deve ser típico, antijurídico e culpável. Para ser considerado como um delito militar, além de tudo isso, tem que se amoldar ao artigo 9º do CPM (tipicidade indireta), o qual descreve:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formação, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil;

d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

f) revogada.

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

- b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;
- c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;
- d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

Para o autor do Anteprojeto do CPM, o Professor D'Aquino (1970, p. 100), para conceituar o "crime militar", em si, o legislador adotou o critério *ratione legis*: isto é, "crime militar", é o que a lei considera como tal. Não define: enumera. Não quer isto dizer que não se haja cogitado dos critérios doutrinários *ratione personae*, *ratione loci*, ou *ratione numeris*. Apenas não estão expressos. Mas o estudo do Art. 9º do Código revela que, na realidade, estão todos ali contidos.

Para Assis (2007, p. 42) é necessário, entretanto, distinguir crime militar próprio do impróprio, conhecer o significado dos termos específicos contidos no art. 9º e conhecer a moderna jurisprudência que ampliou o conhecimento de crime militar em relação aos policiais militares e saber em que condições o civil comete crime militar, que entendemos deve chamar-se crime militar accidental.

A própria expressão "infrações militares", citado por Bandeira (1915, p. 12), na lição de Belmin, pode ser entendida em três acepções diferentes, a saber: a primeira, no sentido mais extenso da expressão, significa todo delito em que o autor está sujeito a jurisdição dos tribunais militares. Na segunda, mais usual, compreende as infrações que são objeto de dispositivos especiais nas leis penais militares. Por último, no sentido mais restrito, compreende aquelas infrações somente cometidas por militares, em razão das obrigações particulares que lhes incumbem nessa qualidade.

Ainda para Assis (2007, p. 43):

Crime militar é toda violação acentuada ao dever militar e aos valores das instituições militares. Distingui-se da transgressão disciplinar porque esta é a mesma violação, porém na sua manifestação elementar e simples. A relação entre crime militar e transgressão disciplinar é a mesma que existe entre crime e contravenção penal.

Para conceituar o crime militar a doutrina estabeleceu os seguintes critérios: *ratione materiae*, *ratione personae*, *ratione temporis* e *ratione legis*.

O critério *ratione materiae* exige “que se verifique a dupla qualidade militar – no ato e no agente”.

São delitos militares *ratione personae* aqueles cujo sujeito ativo é militar atendendo exclusivamente à qualidade de militar do agente. Como exemplo Assis (2007, p. 42), citou:

Ementa: Competência. Crime militar. Não recebimento da denúncia pelo juízo ‘a quo’. Reforma da decisão. Tratando-se de lesões corporais causadas por militar da ativa, contra militar na mesma situação, pouco importa se em lugar sujeito à administração militar, ou não, competente para processar e julgar o feito é a Justiça Castrense (COM, art. 9º, II, ‘a’). Provido recurso do MPM para, cassando o Despacho recorrido, receber a denúncia, determinando a baixa dos autos à Autoria de origem, para prosseguimento do feito. Decisão unânime. (STM – Rec. Crim. 6.360-4-SP – Rel. Min. Tem. Brig. Do Ar Sérgio Xavier Ferrolla – J. em 20.02.1997, apud Jurisprudência do Superior Tribunal Militar, v. 6, jan./dez. 1997)

Ementa: Aluno. Qualificação como militar. Qualifica-se como militar, para efeitos jurídico-penais, o aluno matriculado em órgão de formação de militares da ativa e da reserva (Lei 6.880/80, art. 3º, § 1º, ‘Os militares encontram-se em uma das seguintes situações: c) na ativa (...) IV – os alunos de órgãos de formação de militares da ativa e da reserva em Habeas Corpus em que se pretendia a atipicidade da conduta imputada a alunos da Escola de Especialistas da Aeronáutica – crime de furto de uso, sem previsão legal na legislação penal comum, mas previsto no art. 241 do Código Penal Militar -, sob a alegação de que, como alunos, e não militares incorporados, ostentariam a condição de civis. A Turma, salientando que nos termos do § 4º do art. 16 da Lei 6.880/80 os alunos de órgãos específicos de formação de militares são denominados praças especiais, considerou que com a matrícula na Escola de Especialistas formalizou-se o ingresso dos recorrentes às Forças Armadas. (STF – RHC 80.122-SP – Rel. Min. Celso de Mello – J. EM 06.06.2000 – Informativo, n. 192).

O critério *ratione loci* leva em conta o lugar do crime, bastando portanto, que o delito ocorra em lugar sob a administração militar.

São delitos militares, *ratione temporis* os praticados em determinada época, como por exemplo, os ocorridos em tempo de guerra ou durante o período de manobras ou exercícios.

Daí, a classificação do crime em militar se faz pelo critério *ratione legis*, ou seja, é crime militar aquele que o CPM diz que é, ou melhor, enumera em seu art. 9º.

Romeiro (1994, p. 66) cita que o critério *ratione legis* é também adotado na Alemanha e na Itália.

Descreve ainda Romeiro que o § 2º, 1, do CPM de 1957, alterado em 1974, da ex-República Federal da Alemanha (WSIG): “Crime militar é toda ação que a segunda Parte desta lei sanciona com uma pena” (*ist eine militärische Straftat eine Handlung, die der Zweite Teil dieses Gesetzes mit Strafe bedraht*); e o art. 37 do

Codice Penale Militare di Pace italiano de 1941: “Qualquer violação da lei penal militar é crime militar” (*Qualunque violazione della legge penale militare è reato militare*).

Por sua vez, as diversas alíneas do inc. II, do art. 9º esposam concomitantemente outros critérios, quais sejam, em razão da matéria, da pessoa, do lugar e do tempo.

Teixeira (1946, p. 46) cita que: o crime militar próprio “são chamados crimes propriamente militares aqueles cuja pratica não seria possível senão por militar, porque essa qualidade do agente é essencial para que o fato delituoso se verifique”.

Ainda para Teixeira (1946, p. 46), são propriamente militares; o motim e a revolta – arts. 149 a 153; no capítulo da violência contra superior ou militar em serviço, ou crimes do art. 157 (violência contra superior) e 159 (sua forma preterdolosa); no capítulo da insubordinação os crimes dos arts. 163 (recusa de obediência), 165 (reunião ilícita) e 166 (publicação ou crítica indevida); a deserção nas formas dos arts. 187, 188, 190, 191, 192 e 194 (omissão de oficial); o abandono de posto e outros crimes em serviço – arts. 195 a 203. São os que se incluem no inciso I do Art. 9º deste código.

Considerando-se, portanto, que a caracterização de crime militar obedece atualmente, ao critério *ex vi legis*, entendemos que crime militar próprio é aquele que só está previsto no Código Penal Militar e que só pode ser praticado por militar, exceção feita, ao de INSUBMISSÃO, que, apesar de só estar previsto no CPM (art. 183), só pode ser cometido por civil.

Crime militar impróprio são aqueles que estão definidos tanto no Código Penal Castrense quanto no Código Penal comum e, que, por um artifício legal tornam-se militares por se enquadrarem em uma das várias hipóteses do inciso II do art. 9º do diploma militar repressivo. Cita Assis (2007, p. 43) que o Doutor Beviláqua chamava de crimes militares por compreensão normal da função militar, ou seja, “embora civis na sua essência, assumem feição militar, por serem cometidos por militares em sua função”.

Por sua vez, são crimes contra as Instituições Militares os que afetam a organização das Instituições Armadas do país (Forças Armadas e Polícias Militares) e, portanto, suas instituições; os que afetam a administração militar e o patrimônio destinado à finalidade das Instituições armadas do país, ou os bens sujeitos à administração militar.

Desabafa Mirabete (2001, p. 100) que árdua, por vezes, é a tarefa de distinguir se o fato é crime comum ou militar, principalmente nos casos de ilícitos praticados por policiais militares.

Contudo, a lei penal militar não define o que sejam crimes propriamente militares e crimes impropriamente militares. Estas são apenas expressões doutrinárias. Segundo a lição de Romeiro (1994, 70), são crimes propriamente militares aqueles que só podem ser praticados por militares, ou que exigem do agente a condição de militar. É o caso, por exemplo, dos crimes de deserção, de violência contra superior, de violência contra inferior, de recusa de obediência, de abandono de posto, de conservação ilegal do comando etc.

A Constituição Federal (CF) de 1988, a cidadã, pôs fim à discussão (sempre nos pareceu inusitada) de serem ou não os integrantes das Policiais Militares, Militares, na mesma relação que os integrantes das Forças Armadas.

O art. 42 da Carta Magna, estabeleceu serem servidores militares federais, os integrantes das Forças Armadas e, servidores militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios, os integrantes de suas policiais militares e corpos de bombeiros militares.

A Emenda Constitucional 18, de 05 de fevereiro de 1988, passou a tratar dos militares em artigos distintos, os estaduais no art. 42, e os federais no art. 142, sem entretanto, alterar a classificação que lhes foi dada constitucionalmente.

E ainda, o art. 125, §§ 3º e 4º, previu a possibilidade da Lei Estadual criar a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a 20.000 integrantes, com competência para processar e julgar policiais militares e bombeiros militares, nos crimes militares definidos em lei.

O artigo 124 da Constituição da República dispõe que compete à Justiça Militar processar e julgar crimes militares definidos em lei, ou seja, cabe ao legislador ordinário fixar os critérios para definir o crime militar. Essa lei é o CPM, especificamente o seu artigo 9º, que define o que vem a ser crime militar em tempo de paz.

O art. 9º em seu inciso I, trata dos crimes previstos no CPM, quando definidos de modo diverso na lei penal comum ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

Quando o inciso diz *qualquer que seja o agente*, verifica-se que, além dos crimes propriamente militares, que são aqueles que só podem ser cometidos por militares, tal inciso abrange algo mais: os crimes somente previstos no Código Penal Militar, mas que podem ser praticados por civis, como o crime de insubmissão. Daí, surge uma outra denominação para o crime militar, qual seja, o crime tipicamente militar, trazido a lume por Miguel e Cruz (2008, p. 86).

O crime tipicamente militar é aquele que somente está previsto no CPM, mas que pode ser praticado por civil. Temos assim o crime de insubmissão (tipicamente militar) e o crime de deserção (que, além de ser propriamente militar, pois somente pode ser cometido por militar, é também tipicamente militar, pois somente está previsto na legislação penal militar).

O inciso II versa sobre os crimes previstos no CPM, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados por militar da ativa contra militar da ativa, ou por militar da ativa em lugar sujeito à administração militar, ou por militar em serviço, ou ainda por militar da ativa contra o patrimônio sob a administração militar (impropriamente militares cometidos por militar da ativa).

Finalmente, o inciso III traz como sujeito ativo o militar da reserva, o reformado ou o civil quando cometem crime contra o patrimônio sob Administração Militar ou a Ordem Administrativa Militar, ou contra militar da ativa, servidores civis de Comando Militar ou da Justiça Militar, no exercício da função, em local sujeito à Administração Militar, ou ainda contra militar em serviço. Tais crimes, segundo a doutrina, são os crimes impropriamente militares praticados por militares da reserva, reformados ou civis.

Já os crimes impropriamente militares são os que, comuns em sua natureza, podem ser praticados por qualquer cidadão, civil ou militar, mas que, quando praticados por militar em certas condições, a lei considera militares. São impropriamente militares os crimes de homicídio e lesão corporal, os crimes contra a honra, os crimes contra o patrimônio (furto, roubo, apropriação indébita, estelionato, receptação, dano etc), os crimes de tráfico ou posse de entorpecentes, o peculato, a corrupção, os crimes de falsidade, dentre outros.

A atividade da polícia judiciária, no âmbito das polícias militares, cresceu em proporções geométricas, eis que a atividade policial, pelos riscos e situações difíceis que enfrenta, possibilita a ocorrência de delito por parte de seus integrantes. A riqueza processual da Justiça Militar Estadual é a dos crimes militares previstos no

Código Penal castrense, embora também o sejam, com igual definição, na lei penal comum (homicídio, lesão corporal, constrangimento ilegal, etc.), adaptados às peculiaridades de cada região brasileira, cometidos em serviço, na ampla, nobre e difícil missão da preservação da ordem pública.

Do ponto de vista do bem tutelado — hierarquia, disciplina e ordem administrativa militar — são igualmente importantes, e representam ofensa equivalente, os crimes propriamente militares e os impropriamente militares.

Assim, estando diante de um crime militar, seja ele propriamente ou impropriamente militar, a competência para processo e julgamento será da Justiça Militar.

2.1 COMPETÊNCIA PARA JULGAR E PROCESSAR OS CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES

Não obstante a Constituição Federal (CF), no seu art. 125, § 4º, firmar a competência da Justiça Estadual para “processar e julgar os militares estaduais nos crimes militares definidos em lei”, o certo é que tal dispositivo não se refere aos crimes propriamente militares.

De fato, o trecho “crimes militares definidos em lei”, não se traduz uma mera redundância do princípio da legalidade aos crimes militares. A palavra crime, porquanto “fato típico e ilícito previamente definido em lei”, já traz em seu significado jurídico a necessidade de sua definição legal.

Na verdade, a análise lógico-gramatical da CF, em seu conjunto literário, sinaliza a expressão “crimes definidos em lei”, como sendo “certos crimes que em função de disposição especial complementar ou circunstância de fato e direito devidamente expressa em lei ordinária válida, assentam-se no objeto jurídico da respectiva norma geral”.

Nos crimes propriamente militares, vez que específicos a militares da ativa, e não policial-militar ou bombeiro-militar da ativa, a competência é da Circunscrição da Justiça Militar da União, principalmente em razão do Estado não ser detentor do bem sob égide da objetividade jurídica desse ramo especializado do direito. Igualmente, a competência se lastreia pelo critério *ratione personae*, no que se

conclui que o militar estadual somente responderia por esses crimes militares próprios depois de ter-se incorporado às Forças Armadas, hipótese em que se equipara totalmente aos “militares da ativa”, inclusive para responder pelos crimes típica e propriamente militares, nas circunstâncias definidas no art. 9º e incisos do Código Penal Militar (CPM). Assim, crimes militares próprios, como deserção, por terem como objetividade jurídica a Administração Militar, e não a Administração Pública, não podem nem devem ser imputados aos militares estaduais, salvo nas hipóteses definidas em lei.

2.2 A COMPETÊNCIA DAS AUDITORIAS MILITARES DOS ESTADOS

De acordo com o artigo 125, § 4º da Constituição Federal (CF), a competência para processar e julgar os militares estaduais nos crimes militares definidos em lei e nas ações judiciais contra atos disciplinares é da Justiça Militar Estadual.

Como tudo em Direito tem uma causa geradora, nesse caso, a delegação dessa prerrogativa, originalmente de interesse da União, dá-se por conta do Dever-Responsabilidade do Estado, tendo em vista que as Polícias Militares se submetem ao controle e coordenação do Ministério do Exército – até porque são reservas das Forças Armadas. Todavia, incumbe ao Estado exercer a orientação do pessoal da Polícia Militar, bem como o planejamento de suas atividades específicas, e por isso, atrai para si o ofício e responsabilidade objetiva em processar, julgar e reparar eventuais danos às instituições militares federais ocasionados pelos militares estaduais.

Art 1º do Decreto-lei nº 667 - As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento:

- a) Estado-Maior do Exército em todo o território nacional;
- b) Exércitos e Comandos Militares de Áreas nas respectivas jurisdições;
- c) Regiões Militares nos territórios regionais.

Art. 4º - Decreto Lei nº 2.010 - As Polícias Militares, integradas nas atividades de segurança pública dos Estados e Territórios e do Distrito Federal, para fins de emprego nas ações de manutenção da Ordem Pública,

ficam sujeitas à vinculação, orientação, planejamento e controle operacional do órgão responsável pela Segurança Pública, sem prejuízo da subordinação administrativa ao respectivo Governador.

Art. 2º do R-200 –

Número 7 - Controle - Ato ou efeito de acompanhar a execução das atividades das Polícias Militares, por forma a não permitir desvios dos propósitos que lhe forem estabelecidos pela União, na legislação pertinente.

Número 8 - Controle Operacional - Grau de autoridade atribuído à Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública para acompanhar a execução das ações de manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares, por forma a não permitir desvios do planejamento e da orientação pré-estabelecidos, possibilitando o máximo de integração dos serviços policiais das Unidades Federativas.

Número 9 - Coordenação - Ato ou efeito de harmonizar as atividades e conjugar os esforços das Polícias Militares para a consecução de suas finalidades comuns estabelecidas pela legislação, bem como de conciliar as atividades das mesmas com as do Exército, com vistas ao desempenho de suas missões.

Número 23 - Orientação - Ato de estabelecer para as Polícias Militares diretrizes, normas, manuais e outros documentos, com vistas à sua destinação legal.

Número 26 - Planejamento - Conjunto de atividades, metodicamente desenvolvidas, para esquematizar a solução de um problema, comportando a seleção da melhor alternativa e o ordenamento contentemente avaliado e reajustado, do emprego dos meios disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos.

Número 33 - Vinculação - Ato ou efeito de uma Corporação Policial-Militar por intermédio do comandante Geral atender orientar e ao planejamento global de manutenção da ordem pública, emanados da Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades da Federação, com vistas a obtenção de soluções integradas.

2.3 SIGNIFICADO JURÍDICO DA PALAVRA INCORPORAÇÃO

O significado jurídico do termo incorporação está previsto no artigo 20 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, ainda no número 21 do artigo 3º e artigo 75 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, os quais descrevem que: *“Incorporação é o ato de inclusão do convocado ou voluntário em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas”*.

Ressalta-se que as Polícias e Bombeiros Militares, apesar de serem reserva do Exército, não são considerados Organização Militar e nem Órgão de Formação da Reserva:

Art. 18. Decreto nº 57.654 - Aos Corpos de Bombeiros e outras Corporações encarregadas da Segurança Pública, nas condições fixadas no Art. 11 deste Regulamento, serão aplicadas as prescrições fixadas para as Polícias Militares que, sem serem Organizações Militares ou Órgãos de Formação

de Reserva das Forças Armadas, na forma estabelecida na LSM e neste Regulamento, são reservas do Exército.

Observa-se que a palavra incorporação constante do artigo 22 do Código Penal Militar (CPM) pressupõe o ingresso em Organização Militar da Ativa, e não a inclusão voluntária nas Polícias ou Corpos de Bombeiros Militares.

Conforme cita Blasius (2008, p. 32 e 33) em sua monografia:

Toda incorporação² na Polícia Militar do Paraná (PMPR) se dá através de concurso público, tendo em vista que o cargo a ser exercido é de um funcionário público.

Cada concurso para incorporação tem edital próprio, com os regulamentos que a lei permite e exige.

Hierarquicamente a instituição é dividida entre oficiais e praças e as respectivas incorporações ocorrem de maneiras distintas.

Os oficiais pertencem à menor parcela da Polícia Militar do Paraná (PMPR), escalonados em postos. Os postos iniciam em 2º Tenente, passando a 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e terminam em Coronel.

Para se tornar um oficial operacional da PMPR é necessário incluir, através do concurso vestibular, atualmente junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e cursar o Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Após aprovação no concurso vestibular da UFPR e realização dos exames complementares (psico-sociológico, médico, físico e de conhecimentos de informática) o candidato é incluído como cadete, na condição de funcionário público.

Fica nessa condição por três anos, enquanto cursa o CFO, em período integral e sob o regime de internato semanal, junto à Academia Policial Militar do Guatupê (APMG).

Após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO) há a declaração Aspirante a Oficial, condição que fica por aproximadamente um ano, considerado como seu estágio probatório, para que então seja promovido ao posto de 2º Tenente e possa, a partir daí, galgar sua carreira de oficial da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e pertencer assim ao Quadro de Oficiais Policiais-militares (QOPM) e Quadro de Oficiais Bombeiros-militares (QOBM).

Além do QOPM há outros quadros de Oficiais na PMPR, sendo também outras as formas de incorporação e os cursos a serem realizados. São os casos dos Oficiais do Quadro de Saúde: médicos, dentistas, veterinários e bioquímicos. Sua inclusão se dá eventualmente, quando se faz necessário a reposição dos respectivos quadros. O curso, entendido dentro da PMPR como estágio, tem a duração aproximada de seis meses. É uma forma de adaptar o profissional já formado à vida PM. Após os exames específicos o profissional inclui-se no posto de 1º Ten, e faz o curso de adaptação nessa condição. Também pode chegar ao posto de Coronel.

Essas são as possibilidades de incorporação e os cursos que possibilitam uma pessoa civil, incluir e tornar-se oficial da PMPR.

Também temos os oficiais do Quadro de Oficiais Especial Policiais Militares (QOEPM). São PMs praças que realizam concursos e cursos internos e chega à condição de oficiais.

² A incorporação também é conhecida dentro das instituições militares como inclusão, termo que poderá ser encontrado para designar o ingresso nas fileiras das corporações. Preferimos aqui o primeiro termo visando evitar confusões, principalmente na área da Educação, com o termo inclusão escolar.

Somando aos oficiais que, como citamos, pertencem à menor parcela do efetivo da instituição PMPR, temos os praças. Os praças estão divididos nas graduações de soldado a subtenente.

Para chegar à graduação de subtenente há um longo caminho a ser percorrido. O cidadão incorpora como soldado, passa a cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e então subtenente.

Para que alguém possa tornar-se soldado da PMPR é necessário frequentar o Curso de Formação de Soldados (CFSd). Para frequentar o CFSd o candidato deve primeiro ser aprovado no exame teórico. Após essa aprovação existem os exames complementares: psico-social, médico e físico. Ainda existe a análise dos antecedentes criminais dos aprovados, fato que ocorre durante a realização dos exames complementares e que também pode ser motivo de desclassificação do candidato, caso exista qualquer envolvimento do candidato com a esfera judiciária penal.

Após a aprovação em todas as etapas do concurso ocorre a inclusão junto à PMPR e o candidato, servidor público, deve realizar o CFSd e ser aprovado no mesmo para que possa ser considerado soldado da PMPR.

Segundo Kohama (1993, p. 18), serviço público “é o conjunto de atividades e de bens exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social”.

Considera-se serviço público como sendo a obrigação do Estado em harmonizar as atividades e serviços realizados por ele tendo como objetivo primordial o bem-estar social. O bem comum deve ser o foco do serviço público, para tanto, utiliza-se de entidades prestadoras de serviços e de utilidade pública.

As entidades prestadoras de serviço público são consideradas aquelas privativas do Estado, em que tudo é centralizado por ela, a qual tem competência exclusiva para realizar estes tipos de serviço. Pode-se citar como exemplo o serviço de rádio patrulhamento que realiza a preservação da ordem pública, por meio do Policiamento Ostensivo pelas unidades distribuídas na Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado; serviço público este de competência exclusiva do Estado.

Administração pública para Mello (1979, p. 3), é “gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço, executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”.

Observa-se, portanto, que os serviços públicos são executados pela administração pública, quer diretamente ou por delegação. Ao Estado compete organizar e fazer funcionar os serviços públicos, sendo obrigado a perseguir o bem-estar social. Na administração pública não há liberdade pessoal, pois só é permitido fazer o que a lei autoriza.

A subordinação limita-se ao poder que está diretamente relacionado, ou seja, neste estudo, por força da Constituição Federal no seu artigo 144, a Polícia

Militar sendo um órgão da segurança pública está diretamente subordinada ao Governo do Estado.

2.4 RELAÇÃO DOS CRIMES MILITARES

Segue abaixo a relação dos crimes do Código Penal Militar (CPM) pelos quais os militares estaduais ou qualquer outra pessoa não-incorporada às Forças Armadas podem responder na Justiça Castrense. A diferença é que os militares estaduais em situação normal respondem perante a Justiça Militar Estadual, enquanto os reservistas de 1ª e 2ª categoria, os militares federais da inativa ou quaisquer outras pessoas não-incorporadas para prestar serviço na ativa das Forças Armadas, respondem na Justiça Militar da União:

2.4.1 Crimes Contra a Segurança Externa do País

- a) Art. 141. Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil;
- b) Art. 142. Tentativa contra a soberania do Brasil;
- c) Art. 143. Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem;
- d) Art. 144. Revelação de notícia, informação ou documento;
- e) Art. 146. Penetração com o fim de espionagem;
- f) Art. 147. Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho de guerra;
- g) Art. 148. Sobrevôo em local interdito.

2.4.2 Dos Crimes Contra a Autoridade ou Disciplina Militar

- a) Art. 154. Aliciação para motim ou revolta;

- b) Art. 155. Incitamento;
- c) Art. 156 Apologia de fato criminoso ou do seu autor (em lugar sujeito à administração militar);
- d) Art. 172 Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa;
- e) Art. 173. Abuso de requisição militar (o sujeito ativo é uma autoridade administrativa).

2.4.3 Dos Crimes Contra o Serviço Militar e o Dever Militar

- a) Art. 183. Insubmissão;
- b) Art. 184 Criação ou simulação de incapacidade física;
- c) Art. 185. Substituição de convocado;
- d) Art. 186. Favorecimento a convocado;
- e) Art. 193. Favorecimento a desertor;
- f) Art. 238. Ato obsceno (em local sujeito à Administração Militar);
- g) Art. 239. Escrito ou objeto obsceno (em local sujeito à Administração Militar ou em situações excepcionais);
- h) Art. 262. Dano em material ou aparelhamento de guerra;
- i) Art. 263. Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar;
- j) Art. 264 Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares;
- k) Art. 265. Desaparecimento, consunção ou extravio;
- l) Art. 268. Incêndio (em local sujeito à Administração Militar);
- m) Art. 269. Explosão (em local sujeito à Administração Militar);
- n) Art. 270. Emprego de gás tóxico ou asfixiante (em local sujeito à Administração Militar);
- o) Art. 271. Abuso de radiação (em local sujeito à Administração Militar);
- p) Art. 272. Inundação (em local sujeito à Administração Militar);
- q) Art. 273. Perigo de inundação (em local sujeito à Administração Militar);
- r) Art. 274. Desabamento ou desmoronamento (em local sujeito à Administração Militar);

- s) Art. 276. Fatos que expõem a perigo aparelhamento militar;
- t) Art. 278. Difusão de epizootia ou praga vegetal (em local sob Administração Militar);
- u) Art. 283. Atentado contra transporte (em local sujeito à Administração Militar);
- v) Art. 287. Atentado contra serviço de utilidade militar (em local sujeito à Administração Militar);
- w) Art. 288. Interrupção ou perturbação de serviço ou meio de comunicação (em local sujeito à Administração Militar);
- x) Art. 290 Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar (em local sujeito à Administração Militar);
- y) Art. 291. Receita ilegal (em local sujeito à Administração Militar);
- z) Art. 292 Epidemia (em local sujeito à Administração Militar);
- aa) Art. 293. Envenenamento com perigo extensivo (em local sujeito à Administração Militar);
- bb) Art. 300. Desacato a assemelhado ou funcionário (em local sujeito à Administração Militar);
- cc) Art. 302. Ingresso clandestino (em local sujeito à Administração Militar);
- dd) Arts. 334 e 336. Patrocínio indébito;
- ee) Art. 341 Desacato;
- ff) Art. 342. Coação (em processo administrativo ou judicial militar);
- gg) Art. 343. Denúnciação caluniosa (quando o fato imputado for crime de competência da jurisdição militar);
- hh) Art. 344. Comunicação falsa de crime (quando o fato noticiado for crime de competência da jurisdição militar);
- ii) Art. 345. Auto-acusação falsa (quando a auto-acusação for crime de competência da jurisdição militar);
- jj) Art. 346. Falso testemunho ou falsa perícia (em processo administrativo ou judicial militar);
- kk) Art. 347. Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete (em processo administrativo ou judicial militar);
- ll) Art. 348. Publicidade opressiva (a respeito de processo penal militar);
- mm) Art. 349. Desobediência a decisão judicial (quando a decisão for da Justiça Militar);

nn) Art. 353. Exploração de prestígio (a respeito de processo militar);

oo) Art. 354. Desobediência a decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito (quando a decisão for da Justiça Militar).

As Instituições Militares Estaduais também são lugares sujeitos à Administração Militar.

Conclui-se que o militar estadual só é considerado “militar” às luzes da legislação estadual pertinente, visto que se sujeitam à hierarquia e disciplina, inspiradas no regulamento do Exército. Mas, realiza atividade denominada “policia militar (estadual)”, lastreada no rol dos serviços públicos, cujo destinatário é o cidadão civil, sendo que em regra, são assim concebidos pela lei penal. Nesse contexto, os militares estaduais são relativamente invulneráveis à prática do crime de deserção e demais fatos delituosos propriamente militares.

3 MENORIDADE PENAL

O novo Código Civil Brasileiro, publicado através da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a qual entrou em vigor em 13 de janeiro de 2003, trouxe, em seu bojo, várias inovações aos institutos jurídicos que regulam o dia-a-dia do cidadão, inclusive com repercussão em outras esferas do Direito, entre elas, o Direito Processual Penal.

O art. 5º do novo Estatuto do Cidadão reduziu a maioridade civil de 21 para 18 anos, estando o indivíduo, ao completar esta idade, apto a praticar todos os atos da vida civil.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

O Código Penal Militar de 1969 descreve em seu art. 50 que: o menor de dezoito anos é inimputável, salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para atender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Nesse caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.

Para Badaró (1972, p. 268), a maioridade penal de 18 para 16 anos, gritantemente choca-se com o princípio sustentado pelos psicólogos de que a formação da personalidade individual só começa a delinear-se dos 18 anos em diante. Motivo pelo qual os atos censuráveis dos menores de 18 anos não fixam um índice de averiguação da personalidade.

A imputabilidade penal vem aos 18 anos (artigo 27 do Código Penal), porém o Código de Processo Penal (CPP) exige a nomeação de curador para acompanhar o réu menor de 21 anos durante a persecução penal, não só na etapa inquisitorial (artigo 15), como também na fase *in judicio* (artigo 262).

A *vexata quaestio* é saber se, face a redução do limite de idade para atingir a maioridade civil, perdura a necessidade de nomear curador ao menor de 21 anos, conforme exige a lei processual penal, ou se a maioridade no processo penal foi reduzida juntamente com a maioridade civil, descabendo, assim, tal exigência. Alguns doutrinadores, em análises não percucientes, entendem a questão como resolvida, conforme expressa Luiz Flávio Gomes (2003, p. 15):

Todos os dispositivos processuais penais que enfocavam o menor de 21 anos como relativamente capaz foram afetados pelo novo Código Civil. Todos têm por base a capacidade do ser humano para praticar atos civis e, por conseguinte, processuais. Para o novo Código Civil essa capacidade é plena aos 18 anos. Logo, todos os artigos citados acham-se revogados ou derogados (lei nova que disciplina um determinado assunto revoga ou derroga a anterior).

3.1 MAIORIDADE CIVIL

Todo ser humano adquire, ao nascer, capacidade de direito, medida de sua personalidade como ser humano de fato ou pessoa natural, que não pode ser recusada ao indivíduo, sob pena de se lhe negar a própria qualidade de pessoa.

Esta capacidade de direito se cristaliza na aptidão de adquirir e exercer direitos e pactuar ou contrair obrigações no âmbito civil. A essa capacidade de direito, mesmo sendo inerente a todo ser humano, podem ser impostas restrições de cunho protetório, não se permitindo a certos indivíduos, por apresentarem ausência ou déficit na possibilidade de autodeterminação (pouca idade, loucura, toxicomania etc), a oportunidade de exercê-la de forma autônoma. Há, deste modo, uma dicotomia nessa capacidade, surgindo a capacidade de fato ou de exercício, que, na lição de Diniz (1994, p. 146), seria: “a aptidão de exercer por si os atos da vida civil dependendo, portanto, do discernimento que é critério, prudência, juízo, tino, inteligência, e, sob o prisma jurídico, a aptidão que tem a pessoa de distinguir o lícito do ilícito, o conveniente do prejudicial.”

Destarte, excetuando-se as diversas modalidades de emancipação previstas no artigo 5º do Código Civil, só ocorre a unificação da capacidade de direito, adquirida ao nascer, com a capacidade de fato ou de exercício, ao se completar 18 anos, estando a pessoa apta a praticar diretamente os atos da vida civil.

3.2 MAIORIDADE NO PROCESSO PENAL

Para que alguém possa responder como sujeito passivo uma ação penal, é necessário obediência a dois requisitos: possuir legitimidade passiva *ad causam*, que é a identidade física entre a pessoa denunciada na peça inicial e aquela indiciada no inquérito policial como autora do ilícito; e possuir legitimidade passiva *ad processum*, ou seja, possuir imputabilidade penal, pertinente àqueles maiores de 18 anos.

Porém, a idade de 18 anos não é suficiente para tornar o réu totalmente capaz de responder, autonomamente, à persecução penal. O Código de Processo Penal (CPP), em vários dispositivos (artigos 15, 194, 262, 449 e 564, inciso III, letra “c”), exige a nomeação de curador ao indiciado ou ao réu, maior de 18 e menor de 21 anos, sob pena de nulidade. Tal exigência advém da intenção do legislador de proteger estas pessoas, tidas como portadoras de menor capacidade de discernimento, necessitando, no transcorrer da persecução penal, de uma maior orientação. Mirabete (2001, p. 100) é claro quando expõe os motivos que orientam a necessidade de curador: *“Presume a lei que o indiciado, nessa idade, necessita de aconselhamento de pessoa que possa, também, resguardar seus direitos, ou, ao menos, informá-lo convenientemente deles.”*

Outra confirmação da autonomia da menoridade penal frente a civil é a necessidade, corroborada por abalizada doutrina, da nomeação de curador ao indiciado ou acusado, mesmo sendo este emancipado civilmente. Mirabete assim se expressa: *“... é obrigatória a nomeação de curador, tanto na fase policial, como na judicial. Não tem relevância, aliás, o fato de estar ele emancipado, circunstância que não tem qualquer reflexo na órbita penal.”* (grifo nosso)

Capez (2008, p. 125) não difere: *“A capacidade do menor, tratada pelo Código de Processo Penal, não se confunde com a civil, motivo pelo qual a emancipação em nada altera a situação.”*

Desse modo, verifica-se que a emancipação civil não gera efeitos em outros ramos jurídicos, *verbi gratia* no direito eleitoral, conforme a seguinte decisão citada por Beviláqua, no livro de Capez ((2008, p. 127):

3º, VI, c, da Constituição Federal, porém emancipado – Impossibilidade – Recurso não conhecido. (TSE – RESPE 20059 – Rel. Min. Fernando Neves da Silva – DJU 03.09.2002).

Ora, se mesmo estando emancipado civilmente o acusado menor ainda necessita de curador, esta exigência atesta que a menoridade penal não está atrelada à maioridade civil, subsistindo cada uma independente da outra, não havendo uma redução automática da maioridade processual penal à luz das novas disposições atinentes à responsabilidade civil.

Destarte, enquanto não sobrevier lei nova que expressamente reduza a maioridade processual penal, igualando-a com a maioridade civil, entendemos persistir a obrigação de nomear curador ao agente menor de 21 anos, não só no inquérito policial como também na ação penal, não tendo o novo Código Civil derogado as disposições pertinente à matéria existentes no Código de Processo Penal (CPP), sob pena de se incorrer em nulidade da ação penal.

3.3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente encontra-se estabelecido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

3.3.1 Histórico

A década de 80 foi decisiva para o surgimento e desenvolvimento de uma consciência e de uma nova postura em relação às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no Brasil.

Em novembro de 1984 é realizado em Brasília o I Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a meninos e meninas de rua e, em 1985, foi eleita a Coordenação Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, de importante e relevante papel nas conquistas jurídicas – sociais que adviriam no futuro próximo.

Com o advento da Constituição Federal (CF) de 88, inicia-se forte movimento de luta política pelos direitos da criança e do adolescente, destacando-se principalmente: Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e a Comissão Nacional Criança Constituinte.

A Comissão Nacional Criança Constituinte realiza um amplo processo de conscientização, sensibilização e mobilização da opinião pública e dos constituintes, cujo momento máximo foi uma carta de reivindicações contendo mais de 1,4 milhões de assinaturas de crianças e adolescentes exigindo dos parlamentares constituintes a introdução de seus direitos na nova Carta Magna.

Duas emendas de iniciativa popular, perfazendo mais de 200 mil assinaturas de eleitores, foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte: “Criança Constituinte” e “Criança – prioridade nacional”. Seus textos foram fundidos e acabaram entrando no corpo da CF de 88, que no caput do artigo 227 introduziu o enfoque e a substancia básica da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, texto já conhecido no Brasil à época da elaboração da Carta Magna.

Conquistada a vitória na Carta Magna de 88, as entidades não governamentais articulam-se no Fórum – DCA, a fim de pressionarem a elaboração da lei ordinária que regulamentasse o estatuído na Carta Magna com a consequente revogação da legislação anterior, antiga, autoritária e ultrapassada.

Três grande forças se uniram em torno dessa idéia que resultou na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo Costa (1990, p. 86):

1. *O mundo jurídico: representado por juízes, promotores de justiça, advogados e professores de direito.*
2. *O mundo dos políticos públicos: representado por assessores progressistas da FUNABEM e por dirigentes e técnicos de órgãos estaduais reunidos no Fonocriad – Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais e para a Criança e Adolescente.*
3. *O movimento social: representado pelo Fórum – DCA e por um considerável grupo de entidades não – governamentais que lhe manifestaram apoio, solidariedade e incentivos durante a campanha, como a OAB, a SBP e a ABRINO, representando esta o mundo empresarial.*

O ECA impôs um novo ordenamento jurídico da questão da infância e da juventude, introduzindo basicamente três tipos de inovações na política de promoção e defesa de direitos, segundo nos afirma o renomado professor Costa (1990, p. 87):

O Estatuto além de introduzir novos conteúdos no elenco de ações da política de atendimento, como defesa jurídica – social e assistência médica e psicossocial às crianças e adolescentes vítimas, reorganiza o campo das políticas públicas. Essa reorganização agrupa e hierarquiza as políticas dividindo-as em:

- políticas básicas;*
- políticas assistenciais; e*
- programas de proteção especial para crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis.*

No âmbito dos métodos e processos a nova lei introduz dois enfoques de tipo realmente novo. Na área de trabalho sócioeducativo, ela substitui as práticas assistencialistas e correccionais/ repressivas por uma proposta de trabalho sócioeducativo emancipador, baseado na noção de cidadania.

No campo judiciário, a doutrina da situação irregular, de caráter subjetivo e discricionário, é substituída pela concepção garantista, que cria salvaguardas judiciais capazes de assegurar a criança e ao adolescente o respeito a sua condição de sujeito de direitos, ou seja, de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento com prioridade absoluta.

No que diz respeito a gestão, o Estatuto regulamenta as conquistas do art. 204, que assegura a participação popular, por meio de suas entidades representativas, a formulação das políticas e o controle das ações em todos os níveis. Para concretizar esse avanço, o Estatuto cria os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal dos direitos da criança e do adolescente.

Conselhos fortes, deliberativos, paritários, formuladores das políticas e controladores de ações.

A criança e o adolescente são sujeitos de direito e suas necessidades são objetos de direito. No ECA, o adolescente é encarado como sujeito de direitos e, como consequência, cidadão com deveres e responsabilidade social.

Crianças e adolescentes, embora, inimputáveis penalmente, podem até ser privados de sua liberdade em função de conduta que fira com gravidade os direitos dos outros. Entretanto, lhes são assegurados os direitos fundamentais, o devido processo legal, a presunção da inocência, a diferença de tratamento em violações graves e em infrações de sobrevivência, conforme cita Costa (1990, p. 88):

As regras do jogo na questão do jogo na questão de ato infracional estão também claras, prevendo-se as condições de apreensão, os encaminhamentos, a defesa, as medidas sócio – educativas, a remissão como forma de extinção ou suspensão do processo, os direitos dos adolescentes privados de liberdade por determinação judicial, a ação do juiz, do advogado, do Ministério Público e a responsabilidade penal das irregularidades.

Outro aspecto importante é o da proteção dos direitos individuais, difusos de coletivos, em que estarão as autoridades omissas nos bancos dos réus. O instrumento é a Ação Civil Pública para os direitos a saúde, a educação, assistência social.

E para que não haja mais o império da impunidade, o último capítulo do estatuto trata dos crimes contra a proteção à infância e a juventude.

O artigo 2º do ECA descreve que se consideram adolescentes pessoas entre doze e dezoito anos de idade; é nessa previsão legal que se insere o Cadete

ou Aluno Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná, que inclui na Polícia Militar do Paraná por meio do concurso público o qual estabelece no seu edital a idade mínima de dezesseis anos.

Esclarece Assis (2007, p. 139) que pelo artigo 103 do ECA, a conduta descrita como crime ou contravenção penal é considerada Ato Infracional. A lei não distingue o crime comum do crime militar, logo desde que este último venha a ser cometido por adolescente, (alunos dos Cursos de Formação de Oficiais, por exemplo, nesse caso o Cadete) transforma-se em ato infracional a ser apurado em procedimento especial estabelecido a partir do artigo 171 do diploma especial de criança e adolescente.

Ainda para o autor, a menoridade é caso de desenvolvimento mental incompleto presumido. Esta convicção é reforçada pelo artigo 6º da Lei 8.069/90, que considerando a condição peculiar de crianças e adolescentes, define-os como pessoas em desenvolvimento.

Combinando com esses dizeres Mirabete (2001, p. 216) cita que se adotou no dispositivo um critério puramente biológico (idade do autor do fato), não se levando em conta o desenvolvimento mental do menor, que não está sujeito à sanção penal ainda que plenamente capaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Conforme Capez (2008, p. 311), pode até ser que o menor entenda perfeitamente o caráter criminoso do homicídio, roubo ou estupro, por exemplo, que pratica, mas a lei presume, ante a menoridade, que ele não sabe o que faz, adotando claramente o sistema biológico nessa hipótese.

Para Mirabete (2001, p. 217), esse mesmo limite de idade para a imputabilidade penal é consagrado na maioria dos países (Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Colômbia, México, Peru, Uruguai, Equador, Tailândia, Noruega, Holanda, Cuba, Venezuela etc.) Entretanto, em alguns países podem ser considerados imputáveis jovens de menor idade, como: 17 anos (Grécia, Nova Zelândia, Federação Malásia); 16 anos (Argentina, Birmânia, Filipinas, Espanha, Bélgica, Israel); 15 anos (Índia, Honduras, Egito, Síria, Paraguai, Iraque, Guatemala, Líbano); 14 anos (Alemanha, Haiti); 10 anos (Inglaterra).

Algumas nações, porém, ampliam o limite até 21 anos (Suécia, Chile, Ilhas Salomão etc.). Entretanto, há países em que funcionam tribunais especiais

(correcionais), aplicando-se sanções diversas das utilizadas em casos de criminosos adultos.

Hoje o jovem de 16 a 17 anos, de qualquer meio social, tem amplo conhecimento do mundo e condições de discernimento sobre a ilicitude de seus atos. Todavia, a redução do limite de idade no direito penal comum representaria um retrocesso na política penal e penitenciária brasileira e criaria a promiscuidade dos jovens com delinquentes contumazes. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, aliás, instrumentos eficazes para impedir a prática reiterada de atos ilícitos por pessoas com menos de 18 anos, sem os inconvenientes mencionados.

3.3.2 Procedimentos Empregados em Ato Infracional

Atualmente os atos infracionais cometidos pelos adolescentes, amparados pela legislação vigente, seguem os seguintes procedimentos:

- a) O adolescente somente será privado de sua liberdade em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;
- b) A autoridade coatora, deverá identificar-se ao adolescente apreendido, bem como informa-lo de seus direitos por ocasião de sua apreensão;
- c) A apreensão de qualquer adolescente bem como o local de seu recolhimento devem de imediato, ser comunicado a autoridade judiciária, família do apreendido ou a pessoa por ele indicada;
- d) Deve-se por ocasião da apreensão examinar a possibilidade de liberação imediata;
- e) O adolescente somente poderá ficar interno pelo prazo máximo de 45 dias, antes das sentenças e mesmo assim em decorrência de decisão fundamentada e em razão de necessidade imperiosa da medida;
- f) O adolescente já identificado civilmente não será submetida a identificação compulsória, em órgãos policiais, de proteção e judiciais, somente em caso de dúvida fundada para confrontação.

4 ATIPICIDADE

Tipicidade para Andreucci (2004, p. 43) é o comportamento humano (positivo ou negativo) que provoca, em regra, um resultado, e é previsto como infração penal. Assim, se A mata B em comportamento voluntário, pratica o fato típico no art. 121 do Código Penal (CP) (matar alguém) e, em princípio, um crime de homicídio.

Para Silva (2006, p. 149) não basta o comportamento do agente; dever-se-á verificar o resultado da conduta, que é a modificação do mundo exterior. É o caso do homicídio, em que ocorre a morte da vítima, ou do furto, em que ocorre a subtração da coisa alheia móvel.

Agora, entre a ação e o resultado, surge um terceiro elemento, o nexso causal, pois existe uma relação de causalidade entre a conduta do agente e o resultado alcançado.

Segundo Mirabete (2001, p. 101) para que se possa afirmar que o fato concreto tem tipicidade, é necessário que ele contenha perfeitamente na descrição legal, ou seja, que haja perfeita adequação do fato concreto ao tipo penal. Deve-se, por isso, verificar de que compõe o fato típico. São elementos do fato típico:

- a) conduta (ação ou omissão);
- b) o resultado;
- c) a relação de causalidade;
- d) a tipicidade (grifo nosso).

Caso o fato concreto não apresente um desses elementos, não é fato típico e, portanto, não é crime.

Nos dizeres de Bitencourt (2008, p. 259) a tipicidade é uma decorrência natural do princípio da reserva legal: *nullum crimen nulla poena signe praevia lege*. Tipicidade é a conformidade do fato praticado pelo agente com a moldura abstratamente descrita na lei penal.

Segundo Jesus (1999, p. 228) “tipicidade é a correspondência entre o fato praticado pelo agente e a descrição de cada espécie de infração contida na lei penal incriminadora”. Um fato para ser adjetivado de típico precisa adequar-se a um modelo descrito na lei penal, isto é, a conduta praticada pelo agente deve subsumir-se na moldura descrita na lei.

A adequação típica pode operar-se de forma imediata ou de forma mediata. A adequação típica imediata ocorre quando o fato se subsume imediatamente no modelo legal, sem a necessidade da concorrência de qualquer outra norma, como, por exemplo, matar alguém: essa conduta praticada por alguém se amolda imediatamente ao tipo descrito no art. 121 do CP, sem precisar do auxílio de nenhuma outra norma jurídica.

No entanto a adequação típica mediata, que constitui exceção, necessita da concorrência de outra norma, secundária, de caráter extensivo, que amplie a abrangência da figura típica. Nesses casos, o fato praticado pelo agente não vem a se adequar direta e imediatamente ao modelo descrito na lei, o que somente acontecerá com o auxílio de outra norma ampliativa, como ocorre, por exemplo, com a tentativa e a participação em sentido estrito. Na hipótese da tentativa, há uma ampliação temporal da figura típica, e no caso da participação é espacial e pessoal da conduta tipificada.

Há uma operação intelectual de conexão entre a infinita variedade de fatos possíveis da vida real e o modelo típico descrito na lei. Essa operação, que consiste em analisar se determinada conduta apresenta os requisitos que a lei exige, para qualificá-la como infração penal, chama-se “juízo de tipicidade”, que, na afirmação de Zaffaroni (1991, p. 172), “cumpre uma função fundamental na sistemática penal. Sem ele a teoria ficaria sem base, porque a antijuricidade deambularia sem estabilidade e a culpabilidade perderia sustentação pelo desmoronamento do seu objeto”.

Quando o resultado desse juízo for positivo significa que a conduta analisada reveste-se de tipicidade. No entanto, a *contrario sensu*, quando o juízo de tipicidade for negativo estaremos diante da atipicidade da conduta.

5 TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR

A transgressão é uma espécie de ilícito, já o ilícito pode ser de várias categorias, conforme seja o ramo do Direito ao qual esteja relacionado. Logo, o ilícito pode ser civil, penal, administrativo, etc. A transgressão disciplinar se enquadra ao ilícito administrativo por envolver um agente público no campo do Direito Administrativo.

Conforme o entendimento do professor Martins (1996, p. 513), a “transgressão disciplinar militar pode ser definida como toda violação da disciplina e da hierarquia militar passível de sanção administrativa”. Assim, mostra-se possível simplificar dizendo que a transgressão disciplinar é um ilícito administrativo que viola a hierarquia e a disciplina.

As transgressões disciplinares estão “enumeradas” no anexo I do decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, que aprovou o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), o “R-4”.

A transgressão disciplinar é ilícito de menor gravidade e, portanto, é punida com menor rigor. Todavia, a prática reiterada de condutas infracionais poderá levar a consequências mais graves como o atraso de promoções ou até mesmo a expulsão a bem da disciplina.

Assim como acontece com o direito penal a transgressão disciplinar também pode ser classificada em propriamente ou impropriamente militar quando ela somente pode ser praticada por agente público militar ou por qualquer pessoa, respectivamente.

O conceito de transgressão disciplinar está previsto no artigo 14 do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), o qual descreve:

Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. (grifo nosso)

Talvez o maior problema a ser enfrentado neste tema esteja ligado às próprias raízes do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Apesar de ter sido atualizado em 26 de agosto de 2002 por meio de decreto presidencial, a base estrutural do regulamento ainda está calcada em sua primeira edição, que remonta

aos tempos da institucionalização das Forças Armadas. Este arcaísmo do regulamento traz como consequência a estipulação de certas condutas infracionais inadmissíveis em um Estado Democrático de Direito.

O aplicador do sistema disciplinar militar tem a sua frente o dilema de ter a necessidade de fazer atuar disposições que não foram adaptadas ao novo ordenamento constitucional, o que pode levar às imposições inconstitucionais e invariavelmente injustas.

As transgressões disciplinares militares podem ser classificadas em duas espécies distintas: típicas e atípicas.

As transgressões disciplinares típicas são aquelas que estão arroladas no Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). São típicas porque a conduta considerada infringente à hierarquia e disciplina está perfeitamente descrita, assim como acontece no tipo penal. Embora muitas delas estejam desajustadas à ordem vigente, pelo menos os agentes militares têm a possibilidade de autodeterminar sua conduta no sentido de não transgredir o regulamento, pois já conhecem sua existência.

Já as transgressões disciplinares atípicas são aquelas não descritas ou não definidas de forma específica, sendo seu conteúdo infracional preenchido pelo aplicador da sanção. Pode-se comparar a transgressão disciplinar atípica com o ditame nazista que estabelecia que “crime é tudo aquilo que fere o são sentimento do povo alemão”.

O ilustre mestre do Direito Penal Mirabete (2001, p. 453), ensina-nos que:

como o Estado, através do ordenamento jurídico, quer sancionar com penas as condutas intoleráveis para a vida em comunidade, tutelando os bens jurídicos fundamentais, poderia fazê-lo com uma norma geral que permitisse a aplicação de sanções penais a todos aqueles que praticassem um fato profundamente lesivo a esses bens. Nessas condições, porém, os destinatários da norma não poderiam saber exatamente quais as condutas que estariam proibidas nem o juiz poderia saber quais as penas deveria impor. Por isso, a Lei deve especificar exatamente as matérias de suas proibições, os fatos que são proibidos sob ameaça de sanção penal, ou seja, o que é considerado como crime. Isso é feito através dos “tipos penais”.

Tem-se como exemplo de transgressão disciplinar atípica a seguinte modalidade de transgressão disciplinar do RDE que dispõe, *in verbis*: “Anexo I - nº 9 - Deixar de cumprir prescrições expressamente estabelecidas no Estatuto dos Militares ou em outras leis e regulamentos, desde que não haja tipificação como

crime ou contravenção penal, cuja violação afete os preceitos da hierarquia e disciplina, a ética militar, a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe.”

A finalidade única do instituto é assegurar, acima de tudo, a observância da hierarquia e disciplina, pilares basilares do Exército Brasileiro.

A transgressão militar, referida no inciso LXI do artigo 5º da Carta Magna de 1988: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei” – constitui-se em norma administrativa, consubstanciada em regulamentos militares das forças militares, e não em legislação penal militar.

Para a verificação de transgressão militar deve-se observar, principalmente os chamados Regulamentos Disciplinares, que as Forças Armadas e as Forças Militares Estaduais possuem.

Basicamente, tais Regulamentos Disciplinares descrevem os princípios gerais da hierarquia e da disciplina; da esfera de ação e da competência na aplicação do Regulamento Disciplinar; das transgressões disciplinares – espécies, julgamento, classificação, gradação e execução das punições disciplinares, normas para aplicação e cumprimento dessa punição, comportamento do militar, direitos e recompensas, e relação de transgressões militares.

Transgressão militar, ou melhor, Transgressão Disciplinar, de acordo com o RDE “é qualquer violação dos preceitos de ética, dos deveres e das obrigações militares, na sua manifestação elementar e simples. Distingue-se do crime, militar ou comum, que consiste na ofensa a esses mesmos preceitos, deveres e obrigações, mas na sua expressão complexa e acentuadamente anormal, definida e prevista na legislação penal”.

O Regulamento Disciplinar para a Marinha, chama a Transgressão Disciplinar de “Contravenção Disciplinar”, definindo-a no artigo 6º como “toda ação ou omissão contrária às obrigações ou aos deveres militares estatuídos nas leis, nos regulamentos, nas normas e nas disposições em vigor que fundamentam a Organização Militar, desde que não incidindo no que é capitulado pelo Código Penal Militar como crime”.

O Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, a exemplo do Regulamento Disciplinar do Exército, também denomina de Transgressão Disciplinar e conceitua no artigo 8º como “toda ação ou omissão contrária ao dever militar, e como tal

classificada nos termos do presente Regulamento. Distingue-se do crime militar que é ofensa mais grave a esse mesmo dever, segundo o preceituado na legislação penal militar”.

Todos os três Regulamentos Disciplinares apresentam uma relação do que consideram ser Transgressão ou Contravenção Disciplinar; o Regulamento Disciplinar do Exército apresenta 113 (cento e treze) (ANEXO A); o Regulamento Disciplinar da Marinha, 84 (oitenta e quatro) e o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, 100 (cem).

Os três Regulamentos Disciplinares se acautelam, acrescentando que também consideram TRANSGRESSÃO (ou CONTRAVENÇÃO) MILITAR, todas as ações ou omissões, não especificadas na relação, nem qualificadas com o crime nas leis penais brasileiras, que afetam a honra pessoal, o pundonor militar, o decoro da classe e outras prescrições estabelecidas no Estatuto dos Militares, leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra normas e ordens de serviço, emanadas de autoridade competente (Regulamento Disciplinar do Exército, artigo 13, nº 2; Regulamento Disciplinar da Marinha, parágrafo único, do artigo 7º; e Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, parágrafo único, do artigo 10).

6 METODOLOGIA

O trabalho em tela terá como base o delineamento da pesquisa, a seleção dos entrevistados, a pesquisa de campo e o tratamento e análise da legislação e das entrevistas.

6.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que, como cita Asinelli-Luz e Luz (1999, p.31), é aplicada em “processos de descobrimento”. Realizamos a pesquisa em duas etapas: a primeira por meio da análise das legislações referentes a crimes propriamente militares, menoridade penal, tipicidade e transgressão disciplinar; a segunda constou de entrevista a 01 (um) desembargador, 02 (dois) juízes, 02 (dois) promotores e 01 (um) Coordenador de Segurança de Socioeducação da Secretaria de Estado da Infância e Juventude, todos diretamente ligados com o tema da monografia.

Para a entrevista foram elaboradas perguntas em um questionário direcionado para cada autoridade responder, verificando o que cada um atende às necessidades dessa pesquisa.

6.2 SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A seleção dos entrevistados desta pesquisa foi feita com base na atuação profissional. Assim, responderam às perguntas pessoas diretamente ligadas ao assunto do trabalho na área de Direito Penal, Direito Penal Militar e Estatuto da Criança e do Adolescente.

As apresentações profissionais dos entrevistados se darão por ocasião da análise dos dados.

6.3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi dividida em análise documental e das entrevistas estruturadas.

6.3.1 Análise documental

A pesquisa bibliográfica deste trabalho foi realizada com o objetivo principal de identificar se há obra publicada que trata da atipicidade nos crimes propriamente militares cometidos por Cadetes adolescentes

Verificou-se que nenhum autor escreveu sobre o tema monográfico, bem como em nenhuma instituição Policial Militar ou do Exército ocorreram casos envolvendo os Cadetes adolescentes quando dos seus atos que tenham repercussão na esfera do direito penal militar e que contrariem a legislação castrense.

Constatou-se ainda que outras instituições militares consultadas por telefone, Academias de Polícia do Estado da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro (Academia Militar das Agulhas Negras inclusive), São Paulo e Santa Catarina; não têm registro de crimes propriamente (ou impropriamente) militares cometidos por cadetes adolescentes.

Assim, pela análise qualitativa exploratória documental, observa-se que as legislações específicas sobre a atipicidade dos crimes propriamente militares cometidos pelos cadetes adolescentes, no Código Penal Militar, no Código Penal comum e no Estatuto da Criança e do Adolescente, sequer faz citação do tema monográfico, o que demonstra a desatualização do ordenamento jurídico analisado.

6.3.2 Entrevistas estruturadas

As entrevistas foram estruturadas por meio de perguntas em um roteiro direcionado a cada entrevistado na sua área de trabalho. Isto para que cada entrevistado pudesse, ao preencher o questionário, fornecer informações com qualidade e de fácil compreensão tanto por parte do entrevistado quanto para o entrevistador no momento da análise das respostas. Também foram consideradas as funções por eles exercidas em cada ramo de trabalho, seja na esfera penal militar, seja na esfera da criança ou adolescente infrator.

6.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DAS ENTREVISTAS

O trabalho iniciou-se pela análise da legislação referente a matéria e logo após analisou-se as entrevistas realizadas.

6.4.1 Tratamento e análise das legislações

Optou-se por um estudo qualitativo descritivo da legislação referente ao tema: “atipicidade nos crimes propriamente militares cometidos por Cadete adolescente”.

A análise descritiva da legislação permitiu verificar que, pelas características apresentadas, em nenhuma delas os diversos autores relacionaram propostas ou descrições a respeito do tema monográfico.

Para se chegar a esta percepção, foi feita a análise da legislação penal militar, da legislação penal comum, da legislação especial referente à criança e adolescente infrator e, por fim, às transgressões disciplinares.

A legislação penal militar descreve os conceitos de crime militar e de CRIME PROPRIAMENTE MILITAR, bem como define quem são os militares, e sua idade penal, quem podem ser os sujeitos ativos no cometimento das infrações penais.

Ainda neste aspecto, foi constatada a definição da competência para julgar e processar os crimes propriamente militares bem como a competência das Auditorias Militares dos Estados. Esclareceu-se quais as formas de incorporação à PMPR, e sua previsão legal. No final, foram relacionados todos os tipos de crimes propriamente militares.

O item terceiro está destinado à MENORIDADE PENAL. Observou-se o conflito entre a previsão do Código Penal Militar (CPM), do Código de Processo Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para a **inimputabilidade** penal da criança ou adolescente.

Cabe ressaltar que junto ao Código Civil há a previsão da emancipação para atos da vida civil, porém ela ocorre pelo exercício de emprego público efetivo. Mas esta legislação não emancipada penalmente o adolescente para que seja responsabilizado por seus atos frente ao ordenamento jurídico penal comum ou penal militar.

Ainda, foram relacionados os procedimentos a serem adotados aos adolescentes infratores quando do cometimento do ato infracional.

O quarto item traz a ATIPICIDADE, sendo apresentado um contraposto de tipicidade segundo vários autores, e em seguida descrevendo os elementos obrigatórios para a ocorrência do fato típico.

Por fim, o quinto item é a TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR, cuja conceituação é a violação da disciplina militar, e depois classificada em típica e atípica.

6.4.2 Tratamento e análise das entrevistas

Feitas as entrevistas e respondidas às questões, a cada entrevistado foi dada a oportunidade de descrever a forma do seu entendimento sobre cada quesito a ser respondido.

Os seis entrevistados selecionados para o preenchimento das questões abertas representam as autoridades que se encontram diretamente ligadas ao assunto do estudo monográfico, sendo eles: o Exmo. Dr. João Kopytowski, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, o qual atua nos assuntos

relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente; o Exmo. Dr. Davi Pinto de Almeida, Juiz Auditor Titular da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual do Paraná; a Exma. Dra. Maria Roseli Guieessmann, Juíza Titular da Vara do Adolescente Infrator; o Exmo. Dr. Misael Duarte Pimenta Neto, Promotor de Justiça Titular da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual do Paraná; a Exma. Dra. Luciana Linero, Promotora Titular da Vara do Adolescente Infrator; e o Sr. Ricardo Peres da Costa, Coordenador de Segurança de Socioeducação da Secretaria de Estado da Infância e Juventude do Paraná.

Para cada pergunta, as autoridades tiveram ampla liberdade de responder podendo expor o seu entendimento a cada uma das perguntas elaboradas.

O primeiro questionamento: qual seu ponto de vista a respeito de crimes propriamente militares cometidos por adolescentes?

O primeiro entrevistado respondeu que a partir da vigência da Constituição Federal de 1988, por força da norma do artigo 228 desta Carta Magna, resultaram revogados os artigos 50 e 51 do Código Penal Militar, pois não mais subsiste imputabilidade penal aos menores de dezoito anos. Entretanto, tanto para os crimes propriamente militares ou os impróprios, os adolescentes não mais se sujeitam à norma penal comum ou castrense. Estão eles sob os preceitos do Estatuto de Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), concernente à regulamentação do sobredito artigo 228.

O segundo entrevistado corroborou com esse pensamento complementando que nos termos do art. 2º da Lei nº 8.069/90 considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade.

Portanto, sua opinião é que o adolescente, por ser inimputável, não pratica crime algum, nem mesmo os militares.

Continuando, o primeiro entrevistado cita que o artigo 52 do CPM, anterior ao ECA, remetia a disposições do antigo Código de Menores, porém, atualmente o CPM faz remissão ao ECA. Todavia, como este Estatuto é uma lei especial de caráter comum, assim como também era o seu antecessor, e seu texto não faz qualquer vinculação com a lei repressiva castrense, nem esta foi reformada para se adaptar ao artigo 228 da CF, daí porque não há regra especial militar regulamentadora do artigo 52 do CPM. Diante disto, quanto aos crimes propriamente militares, quando cometidos por menor de dezoito anos, existe uma lacuna jurídica. Primeiro, porque não há uma lei penal castrense especial para aplicar aos agentes militares menores

de dezoito anos; e como o ECA não faz referência aos adolescentes no tocante à prática de atos infracionais militares, se o adolescente cometer uma destas infrações, sua ação não se enquadra no ECA, não pode ser punida nos termos do COM, nem do Código Penal Comum. E nem juridicamente é razoável a aplicação analógica ou subsidiária do ECA, no âmbito da Justiça Castrense, porque este rege apenas os atos infracionais penais comuns, os seja, os crimes impropriamente militares.

Ainda, nesta enorme lacuna, torna-se também discutível a possibilidade de aplicação do ECA aos militares menores de dezoito anos autores de atos infracionais equiparados aos crimes impropriamente militares, devido à falta de previsibilidade disso no Estatuto moderno diante das normas castrenses.

Por fim, à falta de normal especial castrense para sancionar o adolescente militar ou equiparado a autor de infração penal militar imprópria, quando ele cometer ilícito desta categoria, não poderá ser processado e julgado pela Justiça Militar, pois nesta o Ministério Público não pode promover qualquer procedimento embasado na norma comum, como é o caso do ECA.

Assim, embora não previsto este tratamento na Lei n. 8.069/90, para impedir a impunidade, é razoável que se apliquem as disposições do ECA ao adolescente militar autor de ato infracional penal equivalente a crime militar impróprio. Porém, esta sujeição ao procedimento especial e julgamento para a imposição de medida socioeducativa, nos termos do artigo 112 do ECA; ou a concessão de remissão pelo Ministério Público, como forma de exclusão do processo (artigo 126, *idem*), somente poderá ocorrer, analógica e subsidiariamente, perante a autoridade judiciária comum do Juízo da Comarca onde aconteceu o fato delituoso.

Quanto aos atos infracionais penais equiparados a crime propriamente militar, em razão das circunstâncias supradescritas, o adolescente miliciano, à luz do ordenamento jurídico atual, somente poderá ser punido disciplinar e administrativamente, consoante as previsões dos estatutos e regulamentos militares. Pensar em algum meio analógico e alternativo para sancioná-lo criminalmente faria esbarrar na profunda discussão de falta de previsibilidade legal e inconstitucionalidade.

Os outros entrevistados foram unânimes em afirmar o desconhecimento de crimes desta natureza, relatando ainda que acreditam que tal fato se ocorreu, ficou

em âmbito interno, não chegando a conhecimento do público externo, visto possuir uma legislação própria e sanções administrativas.

Neste diapasão, um deles afirmou categoricamente que se caso houvesse um crime propriamente militar cometido por cadete adolescente, que não fosse com o uso de força ou ameaça, poderia ser sanada administrativamente a conduta, seguindo os preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Porém, a sanção imposta, se necessário, em hipótese alguma poderia ser restritiva de liberdade, por entender que o adolescente só poderá ser apreendido e jamais preso ou detido. Visto não haver a previsão da apreensão no Código Penal Militar (CPM), afirmando ainda que no caso de haver o cerceamento da liberdade do adolescente, caberia imediatamente a impetração de *Habeas Corpus*, atualmente previsto no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Brasileira de 1988: "conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

O segundo questionamento: é que diante dos casos de crime impropriamente militar cometido por adolescente, qual a previsão legal para se amparar os casos?

O primeiro entrevistado disse que existe uma lacuna jurídica, e que a solução para os casos de atos infracionais penais correspondentes aos crimes militares impróprios poderá ser buscada analogicamente perante a Justiça Comum, sem prejuízo das demais medidas de caráter disciplinar e administrativo. E acerca dos atos afetos aos delitos propriamente militares, como a Justiça Comum não pode aplicar a norma castrense, resta a solução do que for aplicável disciplinar e administrativamente.

Nesta mesma esteira vem a justificativa do outro entrevistado enfatizando que: "Não há previsão legal que supra toda a necessidade jurídica, necessária que envolvam os cadetes adolescentes, pois a maioria civil que eles adquirem com a aprovação no concurso público, não vale para punições militares e penais, servindo apenas para punições e infrações de cunho administrativo e civil".

Os demais descreveram que: "tem entendimento de que mesmo existindo um rito exclusivo para os militares, quando no cometimento de crimes, no caso do adolescente, por não haver previsão expressa para a conduta praticada, ficam submetidos a todas as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo que sob guarda e responsabilidade da Instituição Policial Militar".

A terceira pergunta era por tratar-se de legislação específica e até certo ponto restrita, qual a saída para o Código Penal Militar (CPM) e o Código de Processo Penal Militar (CPPM) se adequarem para tal fato?

O primeiro entrevistado cita que seria a reforma dos sobreditos Estatutos, adequando-os aos parâmetros do ordenamento jurídico balizado à Constituição Federal.

E, quanto à situação do adolescente detentor de vínculo institucional militar, o legislador poderia proceder à alteração do ECA, ou elaborar uma lei nova específica, regulamentando o artigo 228 da CF, com relação à figura do adolescente, cuja norma também regulamentaria a previsão contida no artigo 52 do Código Penal Militar.

Complementando, segundo o entrevistado, a legislação especial mencionada no art. 228 da CF é a Lei nº 8.969/90 (ECA), a qual dispõe sobre a proteção integral à criança e adolescente. Para o ECA, a conduta descrita como crime, quando praticada por adolescente, é o ato infracional (art. 103), independentemente do tipo penal estar no CP, CPM, Lei de Drogas, Estatuto do Desarmamento, Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, etc.

Sendo assim, ele está convicto que a melhor alternativa é a interpretação sistemática do ECA com o Código Penal Militar e, na sua opinião, o Código de Processo Penal Militar deixa de ser aplicado ao adolescente (Militar ou Civil). Continuando, que o procedimento a ser adotado para apuração do ato infracional seria o previsto nos arts. 171 e seguintes do ECA, não vendo problemas de a própria autoridade policial militar conduzir a investigação. Porém, a competência para instrução e julgamento do ato infracional imputado seria da Vara da Infância e Juventude. Com isso, estar-se-ia diante de um ato infracional propriamente (ou impropriamente) militar cometido por adolescente.

Ainda neste questionamento, o outro entrevistado relata que é necessário que seja acrescentado não no CPM ou CPPM, mas na Constituição Federal um dispositivo, no mesmo capítulo que alberga a maioria civil, como, por exemplo a exceção constitucional ao *habeas corpus* que não se aplica ao crimes militares, só que inverso, que a maioria civil dada pela aprovação do concurso se estendia aos crimes militares ou crimes em geral cometidos pelos cadetes, pois o ingresso é por concurso público, e quem se inscreve tem que arcar com as conseqüências de uma futura aprovação.

Por fim, neste questionamento, outro entrevistado afirmou que não poderia opinar com profundidade a respeito de como o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e o Código Penal Militar (CPM) poderiam se adequar para sanar a lacuna e se é que existe tal lacuna, porém afirmou que está clara a existência da lacuna na legislação militar e que da mesma forma que a Lei Penal, o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e o Código Penal Militar (CPM) deveriam passar por uma reforma para melhor atender às respectivas necessidades contemporâneas. Ainda, foi claro em salientar que o necessário seria a imediata mudança do edital para a inclusão no Curso de Formação de Oficiais, visto o edital não seguir o que preconiza a lei criando essa lacuna que pode trazer sérias consequências se não reparada urgentemente.

O quarto questionamento foi com referência a quais os procedimentos a serem adotados, visto tal lacuna, quando se deparar com um crime propriamente (ou impropriamente) militar, cometido por adolescente? Tendo como resposta do entrevistado que os procedimentos devem ser regidos dentro do que for compatível com os Estatutos Disciplinares e as Leis afetas aos processos administrativos, os regimentos escolares, resoluções, portarias, diretrizes, etc. Quanto aos delitos impropriamente militares, em paralelo com as medidas de natureza interna, pode o adolescente responder a procedimento especial perante o Juízo da Infância e Juventude (Justiça Comum).

São estas as soluções mais consentâneas, e enquanto perdurar a lacuna legal suprarreferida, a matéria continua sem o direcionamento jurídico adequado, razão pela qual os fatos devem ser administrados de acordo com adaptações analógicas e praxes administrativas que deem uma resolução coerente com o interesse da instituição militar.

Outro entrevistado fez um questionamento retórico: então, o que fazer nestes casos? E ele mesmo respondeu que havendo flagrante de ato infracional militar deverá ser aplicado o art. 173 do ECA. Não sendo o caso de flagrante, deverá ser observado o art. 177 do ECA. Em qualquer hipótese, a autoridade judicial competente para receber as peças decorrentes do ato infracional será a Vara da Infância e Juventude.

Entretanto, outro entrevistado entendeu que terá de se apenar administrativamente com repreensões, escala extra etc, mas jamais com punições corporais como prisão ou cadeia, pois ocorre a atipicidade do fato cometido.

Vale ressaltar que punição do tipo escala extra não tem previsão legal no Regulamento Disciplinar do Exército, utilizado na PMPR, mas somente advertência, impedimento disciplinar, repreensão, detenção, prisão e exclusão.

Ainda, neste diapasão, os demais entrevistados entenderam que é salutar a apuração do “ato infracional militar”, todavia sem aplicação de pena e podendo ser instaurado processo administrativo para exclusão da Corporação, no caso de afetar os Regulamentos Internos e entender que ainda não possuem estabilidade, visto estarem em período de formação e terem a plena consciência de que os atos praticados pelo adolescente são reflexos de um período que se encontram em formação de caráter e de avaliação de condutas, embora saibam discernir o certo do errado.

Acrescentaram ainda que, por experiências no trato com menores infratores, é perfeitamente aceitável o cometimento de um crime militar por um adolescente, pois por não medirem as consequências de seus atos, fazem-nos sem o perfeito entendimento do que praticam por estarem desenvolvendo seus valores, contudo não quer dizer que tornar-se-ão más pessoas ou maus policiais.

O quinto questionamento foi perante o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma medida restritiva de liberdade, nestes casos poderia ser caracterizado Abuso de Autoridade pela organização civil e/ou militar coatora?

O primeiro entrevistado respondeu que, na verdade, a aplicação de qualquer uma das medidas socioeducativas previstas no ECA, se aplicadas pelo Juízo Militar ou pelo Comum, estaria desvalida de previsão legal para o adolescente autor de ato infracional penal correspondente a crime propriamente militar, motivo pelo qual esta iniciativa seria passível de arguição de nulidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, cujas circunstâncias levariam à caracterização de abuso de autoridade. Consequentemente, uma medida restritiva de liberdade imposta em face de uma situação desta ordem também configuraria abuso.

Então, a sanção a ser imposta ao adolescente militar ou assemelhado, no âmbito da Organização Castrense, seja por um ato infracional penal militar próprio, seja por impróprio, não deve consistir em restrição de liberdade na equivalência jurídica do internamento previsto no ECA, sob pena de tal medida gerar responsabilidade penal e civil à autoridade coatora. É um risco muito sério. Entretanto, a restrição de liberdade somente poderá ser aplicada se houver fundamento legal no ordenamento específico militar, o que qualifica o ato como

sanção administrativo-disciplinar, e se materializado à luz do devido processo legal não caracterizaria abuso de autoridade ou outro delito.

Contudo, se o adolescente cometer ato infracional penal militarmente impróprio e em razão disto for processado e julgado pelo Juízo da Infância e Juventude, poderá receber qualquer uma das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA, e assim não ocorre abuso de autoridade, desde que todos os procedimentos legais sejam respeitados pelas autoridades competentes. Mesmo assim, essa solução jurídica poderá ser contestada e discutida em sua constitucionalidade e validade, devido à carência de previsão legal vinculadora à legislação militar. Deste modo, vemos o quanto se faz necessária atualmente uma revisão geral na legislação castrense.

Afinal, nesta situação lacunosa, a Administração Militar não detém respaldo jurídico para aplicar medida restritiva de liberdade a adolescente, tomando como fundamento o ECA; nem a organização judiciária civil poderá fazê-lo no tocante a ato infracional penal propriamente militar, por absoluta falta de competência; e assim também para a Justiça Militar, quanto à hipótese de aplicar as regras do ECA ao militar. Se houver uma coação dessa natureza, a autoridade determinante age desprovida de competência e à margem da lei, podendo ser responsabilidade administrativa e até penalmente.

Por outro lado, outro entrevistado cita que o adolescente pode ser privado de sua liberdade por meio de medida sócio-educativa da internação, nos termos dos arts. 121 a 125 do ECA. Atendidos os requisitos legais, não haverá abuso de autoridade na privação de liberdade do adolescente mediante a internação.

Já para o outro entrevistado, por se tratar de menores, também deverá constar a exceção proposta, também no Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas que a sua sincera opinião é que seria de melhor proveito para a sociedade que a maioridade penal fosse reduzida para dezesseis anos, pois acabariam com este problema e outros advindos dos crimes praticados por marginais que se escondem atrás do ECA.

A sexta pergunta foi: Após levantamento com outras instituições militares, nenhum crime propriamente (impropriamente) militar cometido por adolescente foi informado que já tenha ocorrido, o Senhor (a) acredita nesses dados ou imagina que se criaram outras formas para se apurar ou ocultar o crime em si?

A resposta de um dos entrevistados foi que não acredita, porque no âmbito de organizações militares nas quais estão integrados inúmeros adolescentes, seja a instituição um colégio militar, uma academia de ensino superior militar ou um quartel onde existam convocados, chamados à incorporação, ou uma unidade onde conscritos resistam à reapresentação depois de decorrido o prazo de licenciamento, a exemplo da dinâmica organizacional das Forças Armadas, com destaque numérico nesse contexto; mas isso também representado nos colégios e nas academias das Polícias Militares Estaduais; torna-se pouco sensato admitir que, eventualmente, ao longo dos anos, não sejam cometidas infrações penais militares próprias ou impróprias por agentes menores de dezoito anos.

Entretanto, o entrevistado é forçado ao convencimento de que as organizações castrenses, diante da lacuna legal supracitada, estejam inclinados a adotar soluções internas para apurar os fatos ilícitos e impor medidas disciplinares, regimentais, etc, como forma de resolução dos problemas; senão até, em situações criminosas, desconsiderá-las como tal, ocultando-as; e tratá-las tão-somente como infrações disciplinares, por ser uma maneira mais fácil de resolver tais circunstâncias, posto que elevá-las ao aprofundamento jurídico-penal e administrativo, progride para transtornos internos e demandas judiciais. O contexto fático mostra esta probabilidade, porém sem elementos concretos para confirmá-la.

Por outro lado, a resposta de outro entrevistado o sistema jurídico brasileiro não permite mais a existência de crime propriamente (ou impropriamente) militar praticado por adolescente. A prática de conduta definida como crime por adolescente constitui ato infracional e desta forma deve ser tratada.

Ainda neste quesito, outro entrevistado diz acreditar que não sejam verdadeiros os dados apresentados, porém tem quase certeza que todos os crimes foram apurados e de uma ou de outra foram punidos, mas volta a frisar que militarmente e penalmente ocorre a atipicidade do fato cometido.

Por fim, o último questionamento: O Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar absorvem todos os crimes propriamente militares, contudo não atentam para a idade penal do militar. Diante disso, poderiam ser considerados inimputáveis penalmente, sofrendo apenas sanções administrativas?

Um dos entrevistados citou que isso é verdade, pois devido à desatualização em que se encontram os referidos Estatutos, embora eles sejam os únicos instrumentos de tutela penal a respeito dos crimes propriamente militares, e dentre

os agentes para os quais se destinam existam menores de dezoito anos suscetíveis de praticarem infrações penais, isso hoje não tem cobertura pela legislação criminal castrense.

E que diante desse déficit legislativo, uma forma de afastar todas as controvérsias inerentes ao tratamento das situações configuradoras de delitos penais propriamente militares, como também em relação aos impróprios; em virtude das lacunas legais ora predominantes, seria regulamentar a condição do adolescente militar ou assemelhado à luz do artigo 228 da Constituição Federal.

Assim, tais agentes seriam inimputáveis penalmente, e sob o aspecto da conduta infracional também se afastaria qualquer convergência de aplicação analógica ou subsidiária do Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que todos os atos criminosos cometidos por menor de dezoito anos detentor da qualidade de militar, quando previstos na legislação castrense e enquadráveis nas disposições do artigo 9º do Código Penal Militar, fossem considerados apenas para efeito de punições administrativas variáveis da advertência à exclusão do agente das fileiras da Organização Castrense.

Neste diapasão, outro entrevistado respondeu que sem prejuízo das sanções administrativas pertinentes, o adolescente que pratica ato infracional militar deve se sujeitar ao procedimento judicial para apuração da conduta, bem como, à aplicação da respectiva medida sócio-educativa dentre as previstas no art. 112 do ECA.

E ainda outra autoridade cita que é correto este entendimento de que a maioria penal do militar é a mesma do civil, porém a punição administrativa pode ser aplicada em decorrência da maioria atingida pela emancipação civil decorrente da aprovação em concurso público.

Fato importante observado por um dos entrevistados foi que diante da evidente problemática e ainda sem atentar para os crimes propriamente militares, lembrou-se o fato de que os cadetes adolescentes em questão, ao ingressarem no Curso de Formação de Oficiais (CFO), devem cumprir inúmeras atividades curriculares, dentre as quais, aulas teóricas e práticas, estágios e escalas de serviços de guarda. Nestes dois últimos fazendo o uso de arma de fogo, quando ingressam no segundo ano do curso, confrontando-se com a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM – em seu artigo 13,

o qual cita que: “Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade: Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa. Visto que conforme comentário da referida Lei (Estatuto do Desarmamento Comentado) trata-se de: “crime culposo na modalidade de negligência ou imprudência do proprietário da arma em deixá-la às vistas do menor de 18 anos ou de pessoa portadora de deficiência ou permitir que essas pessoas a manuseie”. Se a arma estiver carregada e disparar ferindo ou matando o menor, ou pessoa portadora de deficiência, o proprietário da arma que negligenciou a sua guarda ou agiu com imprudência entregando-a a uma dessas pessoas, responderá pelo crime. Trata-se do princípio da consumação, que é quando o crime mais grave absorve o menos grave. Se não houver a prática de crime mais grave, o agente responderá somente por infração. A infração não poderá ser apurada pela Lei nº. 9.099/95 (sendo passível de multa). Tendo em vista que a pena de detenção máxima cominada excede a 1 (um) ano e é cumulativa com a pena de multa, não podendo ser aplicada isoladamente. O crime é afiançável, podendo a fiança ser concedida pela autoridade policial”.

Para seu espanto, desconhece tal prática e que em hipótese alguma tal conduta poderia ser admitida. Salientou ainda que o porte de arma pelo adolescente já tipificaria o crime, contudo as responsabilidades penais e administrativas recairiam sobre o Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná e concomitantemente ao Ministério da Educação (Ministério da Educação), o qual promove o concurso vestibular e homologa o edital de inclusão para o referido curso.

Informado o entrevistado que tal questionamento será repassado ao Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná por meio deste trabalho que será remetido ao Senhor Comandante da Academia do Guatupê.

7 CONCLUSÃO

A discussão sobre o tema “a atipicidade nos crimes propriamente militares cometidos pelos cadetes adolescentes”, inicia-se pela previsão legal do concurso público previsto para o ingresso como Oficial da Polícia Militar do Paraná, seja através de concurso público realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ou pelas vagas preferenciais do Colégio da Polícia Militar do Paraná (CPM), com edital que estabelece a idade mínima de 16 (dezesseis) anos para o candidato, exigindo tão-somente o ensino médio completo (ANEXO B).

Para não dar ênfase apenas nos Crimes Propriamente Militares, mas para mensurar a amplitude de uma possível lacuna entre leis, mais especificamente entre o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e o ECA, esta é clara nos crimes cometidos por militares nas mais diversas situações, contudo em momento algum há previsão do cometimento de ato infracional. Se não há essa previsão expressa na legislação, vislumbra-se que o legislador ou não atentou para a possibilidade de ocorrer o cometimento de tal ato, ou impossibilitou o ingresso de adolescente no serviço militar, como se observa no edital de alistamento para o serviço militar obrigatório (ANEXO G) e automaticamente às forças auxiliares, conforme prevê o inciso V e § 6º do artigo 144 da Constituição Federal (CF):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Ampliando ainda esta problemática, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, estabelecido pelo artigo 228 da Constituição Federal de 88, aquela legislação, por força constitucional, tornou-se predominante sobre o Código Penal Militar e o Código Penal Comum.

Ante ao que foi apresentado neste trabalho, de plano, se buscou dar o entendimento do que seriam os crimes propriamente militares e impropriamente militares, visto tratar-se de um assunto restrito e até certo ponto discriminado no mundo jurídico.

A palavra militar, até hoje causa rejeição a grande maioria das pessoas, principalmente as que viveram o período ditatorial da década de 50 ao início da década de 80, quando houve o advento da CF de 1988.

Em decorrência deste preconceito, a legislação militar e em especial a penal militar, busca se amoldar aos ditames da Constituição, porém a grande maioria dos doutrinadores afastam-se de tal ramo do direito, salvo os que militares são ou foram.

Perante esta dura realidade e, por tratar-se de uma classe específica que segue uma legislação própria, em alguns casos, depara-se com conflitos entre leis e/ou lacunas que até 1988 não existiam.

No art. 51 do CPM, de 21 de outubro de 1969, havia a equiparação etária aos maiores de 18 anos para os militares e para os alunos de colégio e estabelecimentos de ensino sob direção e disciplina militar que ainda não tinham completado essa idade, o que foi derogado com o art. 228 da CF de 88.

Fruto desta situação, as Polícias Militares (PMs) pelo Brasil buscaram se adequar à Carta Magna, na qual não há previsão de maioridade penal ao menor de 18 anos, conforme se observa nos demais editais utilizando como exemplo (ANEXOS: C, D, E, e F), das Polícias Militares do Estado de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Bahia, as quais se anteciparam a um possível conflito entre leis no caso de cometimento de Crimes Militares Propriamente Militares, havendo o limite mínimo de 18 anos para ingresso nas fileiras das respectivas Corporações.

No transcorrer do trabalho, abordou-se a menoridade penal para ter a perfeita distinção entre a maioridade civil e a maioridade no processo penal, para que, em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pude-se situar frente à legislação penal militar e principalmente aos casos concretos diante desta lacuna existente.

Vislumbrando o título desta monografia, sabedor da possibilidade eminente do cometimento de crime militar (propriamente ou impropriamente) por adolescentes e tendo como parâmetros outros Estados, buscou-se junto a estas informações quanto a casos concretos que envolvam os cadetes adolescentes em atos com repercussão na esfera do direito penal militar, mais precisamente nos crimes propriamente militares, após a negativa de ocorrência de tal natureza não só no Estado do Paraná, mas nos outros Estados inquiridos, explanou-se acerca das transgressões disciplinares.

Finalmente, após toda a parte doutrinária elucidativa para o entendimento peculiar da problematização apontada, por meio de entrevistas com o Exmo. Dr. João Kopytowski, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, o qual atua nos assuntos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente; o Exmo. Dr. Davi Pinto de Almeida, Juiz Auditor Titular da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual do Paraná; a Exma. Dra. Maria Roseli Guiesmann, Juíza Titular da Vara do Adolescente Infrator; o Exmo. Dr. Misael Duarte Pimenta Neto, Promotor de Justiça Titular da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual do Paraná; a Exma. Dra. Luciana Linero, Promotora Titular da Vara do Adolescente Infrator; e o Sr. Ricardo Peres da Costa Coordenador de Segurança de Socioeducação da Secretaria de Estado da Infância e Juventude do Paraná, buscou-se mostrar a realidade vista pelos olhos de quem efetivamente vivencia a situação do adolescente, mesmo que alguns dos entrevistados desconheçam a realidade militar, porém com vasto conhecimento sobre a legislação específica – o ECA.

E, diante de tudo o que fora apontado e principalmente diante do que foi ouvido durante as entrevistas, constatou-se que indubitavelmente há uma lacuna, sendo perfeitamente sanável para evitar graves problemas institucionais principalmente para a Polícia Militar do Paraná (PMPR).

A primeira medida urgentíssima seria a mudança do edital (ANEXO B) limitando a idade mínima de ingresso no CFO da PMPR para 18 anos completos.

Tal medida acarretaria também a mudança dos critérios para a inclusão do aluno do Colégio da Polícia Militar do Paraná para o CFO, tendo em vista que a grande maioria dos alunos que encerram o ensino médio, não possui a idade mínima que deverá ser exigida.

Reformulações tardias, porém que serão eficazes, principalmente pensando no bom nome da Corporação e pela continuidade do CFO e sua grade curricular anual.

Como se observa no anexo B, o edital para o concurso do CFO 2010 já foi divulgado no site da Universidade Federal do Paraná, desta forma permanecendo os critérios apenas adotados pela PMPR, estar-se-á refém por mais um ano, pelo menos, da sorte.

Sorte esta, ao que tudo indica, acompanha-nos durante todos estes anos, visto que não foram encontrados relatos do cometimento de crimes militares

(próprios ou impróprios) cometidos por cadetes adolescentes, ou se foram, imagine-se a sua adequação para transgressão disciplinar.

Corroborado por parte dos entrevistados, os quais entenderam que é possível que no cometimento de crime praticado por adolescente, por não haver previsão do ato infracional no CPM, pode se ter optado para a reversão em punição disciplinar.

Outra proposta seria a reforma do CPM e do Código de Processo Penal Militar, adequando-os aos parâmetros do ordenamento jurídico balizado à CF. E, quanto à situação do adolescente detentor de vínculo institucional militar, o legislador poderia proceder à alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou elaborar uma lei nova e específica, regulamentando o artigo 228 da CF, com relação à figura do adolescente, cuja norma também regulamentaria a previsão contida no artigo 52 do Código Penal Militar.

Por fim, concordando com parte dos entrevistados, entende-se que por perdurar essa lacuna legal em relação aos fatos norteadores deste trabalho monográfico, os cadetes adolescentes, quando do cometimento de crime propriamente militar, por não haver previsão legal para aplicação da punibilidade penal, devem ser responsabilizados disciplinar e administrativamente, seja pelo regulamento disciplinar, pelo código de ética da PMPR, pelo Código da PMPR ou ainda pela Lei do Conselho de Justiça e Disciplina.

Propõe-se que este trabalho seja encaminhado, por meio do Senhor Comandante da Academia do Guatupê, com vistas ao Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, à luz da realidade social, para possível elaboração de orientações nos casos concretos que envolvam os cadetes adolescentes em atos com repercussão na esfera do direito penal militar, mais precisamente nos crimes propriamente militares.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de Direito Penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 1.

ASINELLI-LUZ, Araci; LUZ, Gastão Octávio Franco da. **Manual de apoio às atividades em pesquisa**. Curitiba: 1999. Documento não publicado.

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

BADARÓ, Ramagem. **Comentários ao Código Penal Militar de 1969**. São Paulo: Juriscredi, 1972. v. 1.

BANDEIRA, Esmeraldino O. T. **Curso de Direito Penal Militar**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1915.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BLASIUS, Luciano. **A Resilência na Formação do Policial Militar**. Curitiba: 2008. Documento não publicado.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3689, de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 23/5/2009.

BRASIL. Lei n. 4375, de 17 de agosto de 1964. Dispõe sobre a Lei do Serviço Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 ago. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm>. Acesso em: 23/5/2009.

BRASIL. Decreto n. 57654, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei n. 4375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei n. 4754, de 18 de agosto de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jan. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D57654.htm>. Acesso em: 23/5/2009.

BRASIL. Decreto n. 1001, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre o Código Penal Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 1969. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del1001.htm>>. Acesso em: 23/5/2009.

BRASIL. Decreto n. 1002, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre o Código de Processo Penal Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 667, de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 1969. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0667.htm>>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 76322, de 22 de setembro de 1975. Aprova o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 set. 1975. Disponível em: <[http://www.diogenesadvogado.com/adm/legismilitar/Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.pdf](http://www.diogenesadvogado.com/adm/legismilitar/Regulamento%20Disciplinar%20da%20Aeronautica.pdf)>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 2010, de 12 de janeiro de 1983. Altera o Decreto n. 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 1983. Disponível em: <[http://www.jusbrasil.com.br/legislação/125805/decreto-lei-2010-83](http://www.jusbrasil.com.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/125805/decreto-lei-2010-83)>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 88545, de 26 de julho de 1983. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jul. 1983. Disponível em: <http://solatellie.com/cfap/pdf/Regulamento_Disciplinar_da_Marinha_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 88777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para os policiais militares e corpos de bombeiros militares (R-200). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 set. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D88777.htm>. Acesso em 23/5/2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 4346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.dji.com.br/decretos/d-004346-26-08-2002.htm>>. Acesso em: 25/6/2009.

BRASIL. Decreto n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF,

22 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10826.htm>. Acesso em: 24/6/2009.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

_____. **Curso de Processo Penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Brasil Criança Urgente: a Lei 8069/90**. São Paulo: Columbus, 1990.

D'AQUINO, Ivo. **O Novo Código Penal Militar**. Brasília: Revista de Informação Legislação, 1970.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

GOMES, Luiz Flávio. **Revista juris síntese nº 39**. São Paulo: 2003.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 1.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito Administrativo Disciplinar e Militar e sua processualidade**. São Paulo: Editora de Direito, 1996.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Comentário à Constituição Federal do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1979.

MIGUEL, Cláudio Amin; CRUZ, Ione de Souza. **Elementos de Direito Penal Militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Código de Processo Penal Interpretado**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PARANÁ. Lei n. 6.774, de 8 de janeiro de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba: Palácio do Governo, 1976.

PARANÁ. Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954. Dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Paraná. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba: Palácio do Governo, 1954.

PARANÁ. Decreto n. 3132, de 25 de julho de 2008. Disciplina as vagas para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BP) da Polícia Militar do Paraná. **Diário Oficial do Estado**. Curitiba, 25 jul. 2008. Disponível em: <[http://10.47.0.26/PM1/Legislacao/Decretos/Decretos Estaduais/01.Pelo Ano/2008 07 25 - Decreto 3.132 - R](http://10.47.0.26/PM1/Legislacao/Decretos/Decretos%20Estaduais/01.Pelo%20Ano/2008/07%2025%20Decreto%203.132%20-%20R)> Acesso em: 24/8/2009.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de; CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ROMEIRO, Jorge Alberto. **Curso de Direito Penal Militar**. São Paulo: Saraiva, 1994.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TEIXEIRA, Silvio Martins. **Código Penal Militar**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1946.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Derecho Penal**. 6. ed. Buenos Aires: Ediar, 1991.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário para os entrevistados



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS COM
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E
CONTROLE DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**QUESTIONÁRIO**

1. Qual seu ponto de vista a respeito de crimes propriamente militares cometidos por adolescentes?

2. Diante disso, qual a previsão legal para se amparar os casos?

3. Por tratar-se de legislação específica e até certo ponto restrita, qual a saída para o Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar adequarem-se para tal fato?

4. Quais os procedimentos a serem adotados, visto tal lacuna, quando deparar-se com um crime propriamente (ou impropriamente) militar, cometido por adolescente?

5. Perante ao Estatuto da Criança e do Adolescente, uma medida restritiva de liberdade, nesses casos poderia se caracterizado Abuso de Autoridade pela organização civil e/ou militar coatora?

6. Após levantamento com outras instituições militares, nenhum crime propriamente (impropriamente) militar cometido por adolescente foi informado que já tenha ocorrido, o Sr. acredita nesses dados ou imagina que criou-se outras formas para se apurar ou ocultar o crime em si?

7. O Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar absorvem todos os crimes propriamente militares, contudo não atentam para a idade penal do militar, diante disso, poderiam ser considerados inimputáveis penalmente, sofrendo apenas sanções administrativas?

Coleta de dados realizada em data de ____/____/____.

Local da coleta: _____

Início: _____ horas _____ minutos

Término: _____ horas _____ minutos

Responsável pela entrevista: Capitão QOPM Fernando Klemps – Oficial Aluno do CAO.

ANEXOS

Anexo A – Relação das Transgressões Disciplinares previstas no anexo I do RDE

O Anexo I do Regulamento Disciplinar Exército (RDE) descreve a relação das transgressões disciplinares:

1. Faltar à verdade ou omitir deliberadamente informações que possam conduzir à apuração de uma transgressão disciplinar;
2. Utilizar-se do anonimato;
3. Concorrer para a discórdia ou a desarmonia ou cultivar inimizade entre militares ou seus familiares;
4. Deixar de exercer autoridade compatível com seu posto ou graduação;
5. Deixar de punir o subordinado que cometer transgressão, salvo na ocorrência das circunstâncias de justificação previstas neste Regulamento;
6. Não levar falta ou irregularidade que presenciar, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento de autoridade competente, no mais curto prazo;
7. Retardar o cumprimento, deixar de cumprir ou de fazer cumprir norma regulamentar na esfera de suas atribuições.
8. Deixar de comunicar a tempo, ao superior imediato, ocorrência no âmbito de suas atribuições, quando se julgar suspeito ou impedido de providenciar a respeito;
9. Deixar de cumprir prescrições expressamente estabelecidas no Estatuto dos Militares ou em outras leis e regulamentos, desde que não haja tipificação como crime ou contravenção penal, cuja violação afete os preceitos da hierarquia e disciplina, a ética militar, a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe;
10. Deixar de instruir, na esfera de suas atribuições, processo que lhe for encaminhado, ressalvado o caso em que não for possível obter elementos para tal;
11. Deixar de encaminhar à autoridade competente, na linha de subordinação e no mais curto prazo, recurso ou documento que receber elaborado de acordo com os preceitos regulamentares, se não for da sua alçada a solução;
12. Desrespeitar, retardar ou prejudicar medidas de cumprimento ou ações de ordem judicial, administrativa ou policial, ou para isso concorrer;
13. Apresentar parte ou recurso suprimindo instância administrativa, dirigindo para autoridade incompetente, repetindo requerimento já rejeitado pela mesma autoridade ou empregando termos desrespeitosos;
14. Dificultar ao subordinado a apresentação de recurso;
15. Deixar de comunicar, tão logo possível, ao superior a execução de ordem recebida;
16. Aconselhar ou concorrer para que não seja cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para retardar a sua execução;
17. Deixar de cumprir ou alterar, sem justo motivo, as determinações constantes da missão recebida, ou qualquer outra determinação escrita ou verbal;

18. Simular doença para esquivar-se do cumprimento de qualquer dever militar;
19. Trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução;
20. Causar ou contribuir para a ocorrência de acidentes no serviço ou na instrução, por imperícia, imprudência ou negligência;
21. Disparar arma por imprudência ou negligência;
22. Não zelar devidamente, danificar ou extraviar por negligência ou desobediência das regras e normas de serviço, material ou animal da União ou documentos oficiais, que estejam ou não sob sua responsabilidade direta, ou concorrer para tal;
23. Não ter pelo preparo próprio, ou pelo de seus comandados, instruendos ou educandos, a dedicação imposta pelo sentimento do dever;
24. Deixar de providenciar a tempo, na esfera de suas atribuições, por negligência, medidas contra qualquer irregularidade de que venha a tomar conhecimento;
25. Deixar de participar em tempo, à autoridade imediatamente superior, a impossibilidade de comparecer à OM ou a qualquer ato de serviço para o qual tenha sido escalado ou a que deva assistir;
26. Faltar ou chegar atrasado, sem justo motivo, a qualquer ato, serviço ou instrução de que deva participar ou a que deva assistir;
27. Permutar serviço sem permissão de autoridade competente ou com o objetivo de obtenção de vantagem pecuniária;
28. Ausentar-se, sem a devida autorização, da sede da organização militar onde serve, do local do serviço ou de outro qualquer em que deva encontrar-se por força de disposição legal ou ordem;
29. Deixar de apresentar-se, nos prazos regulamentares, à OM para a qual tenha sido transferido ou classificado e às autoridades competentes, nos casos de comissão ou serviço extraordinário para os quais tenha sido designado;
30. Não se apresentar ao fim de qualquer afastamento do serviço ou, ainda, logo que souber da interrupção;
31. Representar a organização militar ou a corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado;
32. Assumir compromissos, prestar declarações ou divulgar informações, em nome da corporação ou da unidade que comanda ou em que serve, sem autorização;
33. Contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, que afete o bom nome da Instituição;
34. Esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição;
35. Não atender, sem justo motivo, à observação de autoridade superior no sentido de satisfazer débito já reclamado;
36. Não atender à obrigação de dar assistência à sua família ou dependente legalmente constituídos, de que trata o Estatuto dos Militares;
37. Fazer diretamente, ou por intermédio de outrem, transações pecuniárias envolvendo assunto de serviço, bens da União ou material cuja comercialização seja proibida;
38. Realizar ou propor empréstimo de dinheiro a outro militar visando auferir lucro;

39. Ter pouco cuidado com a apresentação pessoal ou com o asseio próprio ou coletivo;
40. Portar-se de maneira inconveniente ou sem compostura;
41. Deixar de tomar providências cabíveis, com relação ao procedimento de seus dependentes, estabelecidos no Estatuto dos Militares, junto à sociedade, após devidamente admoestado por seu Comandante;
42. Frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe;
43. Portar a praça armamento militar sem estar de serviço ou sem autorização;
44. Executar toques de clarim ou corneta, realizar tiros de salva, fazer sinais regulamentares, içar ou arriar a Bandeira Nacional ou insígnias, sem ordem para tal;
45. Conversar ou fazer ruídos em ocasiões ou lugares impróprios quando em serviço ou em local sob administração militar;
46. Disseminar boatos no interior de OM ou concorrer para tal;
47. Provocar ou fazer-se causa, voluntariamente, de alarme injustificável;
48. Usar de força desnecessária no ato de efetuar prisão disciplinar ou de conduzir transgressor;
49. Deixar alguém conversar ou entender-se com preso disciplinar, sem autorização de autoridade competente;
50. Conversar com sentinela, vigia, plantão ou preso disciplinar, sem para isso estar autorizado por sua função ou por autoridade competente;
51. Consentir que preso disciplinar conserve em seu poder instrumentos ou objetos não permitidos;
52. Conversar, distrair-se, sentar-se ou fumar, quando exercendo função de sentinela, vigia ou plantão da hora;
53. Consentir, quando de sentinela, vigia ou plantão da hora, a formação de grupo ou a permanência de pessoa junto a seu posto;
54. Fumar em lugar ou ocasião onde seja vedado;
55. Tomar parte em jogos proibidos ou em jogos a dinheiro, em área militar ou sob jurisdição militar;
56. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa;
57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária;
58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária;
59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado;
60. Ser indiscreto em relação a assuntos de caráter oficial cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou à boa ordem do serviço;
61. Dar conhecimento de atos, documentos, dados ou assuntos militares a quem deles não deva ter ciência ou não tenha atribuições para neles intervir;
62. Publicar ou contribuir para que sejam publicados documentos, fatos ou assuntos militares que possam concorrer para o desprestígio das Forças Armadas ou que firam a disciplina ou a segurança destas;
63. Comparecer o militar da ativa, a qualquer atividade, em traje ou uniforme diferente do determinado;

64. Deixar o superior de determinar a saída imediata de solenidade militar ou civil, de subordinado que a ela compareça em traje ou uniforme diferente do determinado;
65. Apresentar-se, em qualquer situação, sem uniforme, mal uniformizado, com o uniforme alterado ou em trajes em desacordo com as disposições em vigor;
66. Sobrepor ao uniforme insígnia ou medalha não regulamentar, bem como, indevidamente, distintivo ou condecoração;
67. Recusar ou devolver insígnia, medalha ou condecoração que lhe tenha sido outorgada;
68. Usar o militar da ativa, em via pública, uniforme inadequado, contrariando o Regulamento de Uniformes do Exército ou normas a respeito;
69. Transitar o soldado, o cabo ou o taifeiro, pelas ruas ou logradouros públicos, durante o expediente, sem permissão da autoridade competente;
70. Entrar ou sair da OM, ou ainda permanecer no seu interior o cabo ou soldado usando traje civil, sem a devida permissão da autoridade competente;
71. Entrar em qualquer OM, ou dela sair, o militar, por lugar que não seja para isso designado;
72. Entrar em qualquer OM, ou dela sair, o taifeiro, o cabo ou o soldado, com objeto ou embrulho, sem autorização do comandante da guarda ou de autoridade equivalente;
73. Deixar o oficial ou aspirante-a-oficial, ao entrar em OM onde não sirva, de dar ciência da sua presença ao oficial-de-dia e, em seguida, de procurar o comandante ou o oficial de maior precedência hierárquica, para cumprimentá-lo;
74. Deixar o subtenente, sargento, taifeiro, cabo ou soldado, ao entrar em organização militar onde não sirva, de apresentar-se ao oficial-de-dia ou a seu substituto legal;
75. Deixar o comandante da guarda ou responsável pela segurança correspondente, de cumprir as prescrições regulamentares com respeito à entrada ou permanência na OM de civis ou militares a ela estranhos;
76. Adentrar o militar, sem permissão ou ordem, em aposentos destinados a superior ou onde este se ache, bem como em qualquer lugar onde a entrada lhe seja vedada;
77. Adentrar ou tentar entrar em alojamento de outra subunidade, depois da revista do recolher, salvo os oficiais ou sargentos que, por suas funções, sejam a isso obrigados;
78. Entrar ou permanecer em dependência da OM onde sua presença não seja permitida;
79. Entrar ou sair de OM com tropa, sem prévio conhecimento, autorização ou ordem da autoridade competente;
80. Retirar ou tentar retirar de qualquer lugar sob jurisdição militar, material, viatura, aeronave, embarcação ou animal, ou mesmo deles servir-se, sem ordem do responsável ou proprietário;
81. Abrir ou tentar abrir qualquer dependência de organização militar, fora das horas de expediente, desde que não seja o respectivo chefe ou sem a

- devida ordem e a expressa declaração de motivo, salvo em situações de emergência;
82. Desrespeitar regras de trânsito, medidas gerais de ordem policial, judicial ou administrativa;
 83. Deixar de portar a identidade militar, estando ou não fardado;
 84. Deixar de se identificar quando solicitado por militar das Forças Armadas em serviço ou em cumprimento de missão;
 85. Desrespeitar, em público, as convenções sociais;
 86. Desconsiderar ou desrespeitar autoridade constituída;
 87. Desrespeitar corporação judiciária militar ou qualquer de seus membros;
 88. Faltar, por ação ou omissão, com o respeito devido aos símbolos nacionais, estaduais, municipais e militares;
 89. Apresentar-se a superior hierárquico ou retirar-se de sua presença, sem obediência às normas regulamentares;
 90. Deixar, quando estiver sentado, de demonstrar respeito, consideração e cordialidade ao superior hierárquico, deixando de oferecer-lhe seu lugar, ressalvadas as situações em que houver lugar marcado ou em que as convenções sociais assim não o indiquem;
 91. Sentar-se, sem a devida autorização, à mesa em que estiver superior hierárquico;
 92. Deixar, deliberadamente, de corresponder a cumprimento de subordinado;
 93. Deixar, deliberadamente, de cumprimentar superior hierárquico, uniformizado ou não, neste último caso desde que o conheça, ou de saudá-lo de acordo com as normas regulamentares;
 94. Deixar o oficial ou aspirante-a-oficial, diariamente, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao comandante ou ao substituto legal imediato da OM onde serve, para cumprimentá-lo, salvo ordem ou outras normas em contrário;
 95. Deixar o subtenente ou sargento, diariamente, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao seu comandante de subunidade ou chefe imediato, salvo ordem ou outras normas em contrário;
 96. Recusar-se a receber vencimento, alimentação, fardamento, equipamento ou material que lhe seja destinado ou deva ficar em seu poder ou sob sua responsabilidade;
 97. Recusar-se a receber equipamento, material ou documento que tenha solicitado oficialmente, para atender a interesse próprio;
 98. Desacreditar, dirigir-se, referir-se ou responder de maneira desatenciosa a superior hierárquico;
 99. Censurar ato de superior hierárquico ou procurar desconsiderá-lo seja entre militares, seja entre civis;
 100. Ofender, provocar, desafiar, desconsiderar ou procurar desacreditar outro militar, por atos, gestos ou palavras, mesmo entre civis.
 101. Ofender a moral, os costumes ou as instituições nacionais ou do país estrangeiro em que se encontrar, por atos, gestos ou palavras;
 102. Promover ou envolver-se em rixa, inclusive luta corporal, com outro militar;
 103. Autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório ou político, seja de crítica ou de apoio a ato

- de superior hierárquico, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado;
104. Aceitar qualquer manifestação coletiva de seus subordinados, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado;
 105. Autorizar, promover, assinar representações, documentos coletivos ou publicações de qualquer tipo, com finalidade política, de reivindicação coletiva ou de crítica a autoridades constituídas ou às suas atividades;
 106. Autorizar, promover ou assinar petição ou memorial, de qualquer natureza, dirigido a autoridade civil, sobre assunto da alçada da administração do Exército;
 107. Ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em área militar ou sob a jurisdição militar, publicações, estampas, filmes ou meios eletrônicos que atentem contra a disciplina ou a moral;
 108. Ter em seu poder ou introduzir, em área militar ou sob a jurisdição militar, armas, explosivos, material inflamável, substâncias ou instrumentos proibidos, sem conhecimento ou permissão da autoridade competente;
 109. Fazer uso, ter em seu poder ou introduzir, em área militar ou sob jurisdição militar, bebida alcoólica ou com efeitos entorpecentes, salvo quando devidamente autorizado;
 110. Comparecer a qualquer ato de serviço em estado visível de embriaguez ou nele se embriagar;
 111. Falar, habitualmente, língua estrangeira em OM ou em área de estacionamento de tropa, exceto quando o cargo ocupado o exigir;
 112. Exercer a praça, quando na ativa, qualquer atividade comercial ou industrial, ressalvadas as permitidas pelo Estatuto dos Militares;
 113. Induzir ou concorrer intencionalmente para que outrem incida em transgressão disciplinar.

Anexo B – Edital nº. 046/2009 – Curso de Formação de Oficiais da PMPR

**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESSOAL
GABINETE**

EDITAL Nº 046/2009

**INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS DE HABILIDADES ESPECÍFICAS PARA
ADMISSÃO E MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
POLICIAIS- MILITARES E BOMBEIROS-MILITARES/2010**

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR), com sede de comando à Avenida Marechal Floriano Peixoto, n.º 1401, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, CEP 80.230-110, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1.º, c/c art. 142, § 3.º, inciso X da Constituição Federal; no art. 45, *caput* e § 9.º da Constituição Estadual; nos arts. 10 *caput* e parágrafo único, 19, 20, alínea “c”, 21, inciso III, 43, alínea “a”, da lei n.º 1.943, de 23/06/1954 (Código da Polícia Militar); no art. 4.º da lei n.º 6.774, de 08/01/1976 (Lei de Organização Básica); no art. 2.º da lei n.º 15.353, de 22/12/2006 que fixa o efetivo da Corporação; na Lei Estadual nº 14.274, de 24/12/2003; na Lei Estadual nº 14.804, de 20/07/05, no Decreto nº 2.508, de 20/01/2004 que regulamenta concursos públicos no Estado, no Decreto nº 3.132, de 25/07/2008 que disciplina o concurso para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais e nos decretos nº 5.188 e 5.189, de 30/07/2009, que estabelecem o número de vagas para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares da Polícia Militar em 2010, respectivamente, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público para admissão e matrícula no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais para o ano de 2010, nos termos deste Edital.

1 FINALIDADE

1.1 Estas instruções têm por finalidade estabelecer as normas e os procedimentos relativos às Provas de Habilidades Específicas aos inscritos, para o Concurso Vestibular (CV) da Universidade Federal do Paraná (CV/UFPR), visando o ingresso e matrícula no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Oficiais Bombeiros Militares da Polícia Militar do Paraná (PMPR), no ano de 2010.

2 DAS VAGAS

2.1 Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral.

2.2 Aos candidatos aptos no Concurso Vestibular da Universidade Federal do Paraná (CV/UFPR) e nas Provas de Habilidades Específicas, serão oferecidas 30

(trinta) vagas para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais/Bombeiros Militares (1º CFO PM/BM), sendo assim distribuídas:

Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares

Geral	Afro	TOTAL
22	02	24

Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares

Geral	Afro	TOTAL
05	01	06

2.3 Os candidatos que se declararem afrodescendentes, serão submetidos à entrevista individual por subcomissão específica, a fim de verificar se o candidato se enquadra dentro do disposto no artigo quarto da Lei Estadual nº 14.274, de 24 Dez 03, e serão convocados por edital próprio a ser divulgado no *site* da UFPR. Não sendo confirmada por comissão específica ao que se refere o art. 4º da supracitada lei, será o candidato desclassificado do concurso.

3 DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO AO CV/UFPR E REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE HABILIDADES ESPECÍFICAS PARA O 1º ANO DO CFO PM/BM 2010

3.1 Estarão automaticamente inscritos para as Provas de Habilidades Específicas os candidatos ao Concurso Vestibular da UFPR que optarem pelo curso oferecido pela Polícia Militar do Paraná (PMPR). As datas das inscrições constarão do Edital próprio do Núcleo de Concurso da Universidade Federal do Paraná (NC/UFPR).

3.2 Os candidatos civis, para realização do CV/UFPR e inscrição às Provas de Habilidades Específicas, deverão preencher as formalidades previstas pelo NC/UFPR, bem como os seguintes requisitos específicos, indispensáveis e de caráter eliminatório para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM):

- a - ser brasileiro;
- b - ter idade entre 16 e 25 anos, até a data do ingresso e concomitante matrícula;
- c - possuir sanidade física e mental;
- d - apresentar conduta social irrepreensível e idoneidade moral inatacável, não possuindo antecedentes de caráter policial ou criminal que, em razão da natureza e do grau de responsabilidade do cargo militar estadual, sejam incompatíveis com o exercício das funções institucionais, cuja verificação dar-se-á mediante pesquisa social;
- e - estar quite com as obrigações relativas ao serviço militar;
- f - possuir capacidade física, demonstrada por intermédio de exames próprios;

g - não estar sendo processado criminalmente ou haver cumprido pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos pela prática de crime comum ou militar;

h - estar em dia com as obrigações eleitorais;

i - não apresentar qualquer tatuagem permanente no corpo, mesmo estilizada, que possa expressar ou sugerir qualquer ligação com gangues, organizações criminosas ou de estímulo à violência e ao uso de drogas, que seja contrária aos princípios e aos valores de liberdade e democracia, à moral, à lei, à ordem e aos bons costumes ou, cujo conteúdo, constitua-se em apologia à conduta delituosa ou que ofenda os deveres e as obrigações militares, a ética, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe;

j - não ter sido desligado ou excluído da Corporação, das Forças Armadas, de outras Forças Auxiliares ou de Instituição Policial, por motivo disciplinar ou, como servidor público, não haver sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa, nem tampouco submetido a processo administrativo disciplinar por fato incompatível com o exercício das funções institucionais.

3.3 Os candidatos militares, além do preenchimento dos requisitos exigidos dos candidatos civis naquilo que lhes for pertinente, ainda deverão:

a - ter idade até 30 anos, na data da matrícula;

b - não estar sendo submetido a Conselho de Disciplina ou a Conselho de Justificação;

c - estar classificado, no mínimo, no comportamento "bom", quando contar com menos de cinco anos de serviço, e, no "ótimo", após cinco anos de serviço;

d - estar autorizado pela respectiva Força Armada ou Força Auxiliar, se estiver em atividade.

4 DAS PROVAS

4.1 As provas de habilidades específicas, aplicadas por comissões designadas pelo Comandante-Geral e pela Junta Médica da PMPR, serão realizadas após o exame intelectual do Concurso Vestibular, e compreenderão:

a - sanidade física e mental;

b - capacidade física;

c - pesquisa social.

4.2 Outras Provas de Habilidades Específicas, oportunas e convenientes à política de pessoal da Corporação, poderão ser inseridas em Edital próprio, por ato do Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná.

4.3 As datas das provas de habilidades específicas serão divulgadas no *site* da Universidade Federal do Paraná, www.nc.ufpr.br, por meio de editais específicos, em até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado final do Concurso Vestibular da UFPR, sendo de inteira responsabilidade do candidato a verificação dos locais e datas para a realização dos exames.

4.4 Será considerado desistente e desclassificado do certame, o candidato que faltar a qualquer uma das provas.

4.5 Somente os candidatos aprovados no Concurso Vestibular da UFPR para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares realizarão as Provas de Habilidades Específicas.

4.6 Os exames de sanidade física e mental, devem ser realizados em laboratórios oficialmente reconhecidos, correrão as expensas dos candidatos, cujos laudos deverão ser apresentados na data determinada em Edital do concurso, à Junta Médica Militar da Polícia Militar do Paraná, para avaliação médica.

4.7 Os exames procedidos na PMPR que compreendem as avaliações terão a validade de seis meses a contar de sua realização.

4.8 As provas de habilidades específicas terão caráter eliminatório, somente podendo ser realizadas as subseqüentes após a obtenção de êxito nas anteriores.

4.9 Os candidatos menores de dezoito anos deverão apresentar autorização expressa do pai ou responsável, para a realização das provas de habilidades específicas.

4.10 Será obrigatória a apresentação, pelos candidatos, de documento de identidade original, a fim de que possam executar os diversos exames.

4.11 As tabelas, índices e exigências de cada fase serão os constantes neste edital.

5 EXAMES DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL

5.1 Os exames de sanidade física e mental serão realizados por comissões designadas pela Junta Médica, constituídas por Médicos e Dentistas e por Psicólogos, mediante inspeção de saúde.

5.1.1 A sanidade física e mental dos candidatos será aferida por intermédio das seguintes avaliações:

- a - médica;
- b - odontológica;
- c - psicopatológica.

5.1.2 Os exames procedidos na PMPR que compreendem as avaliações terão a validade de seis meses a contar de sua realização.

5.2 A avaliação médica tem por finalidade detectar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atividades inerentes à carreira militar estadual ou que, no exercício delas, possam expor os candidatos ao agravamento dessas condições ou eventualmente a risco de vida pessoal ou a integridade física de terceiros, selecionando os candidatos aptos ao exercício das funções institucionais.

5.2.1 Serão verificadas também, durante a avaliação médica, as condições físicas que, embora não voltadas à morbidez, possam ser consideradas impeditivas à realização do exame de capacidade física e do respectivo curso de formação, em decorrência do intenso esforço a que serão submetidos os candidatos.

5.2.2 Os candidatos serão avaliados por intermédio de exames de saúde realizados nos locais, datas e horários constantes em edital específico, compreendendo:

a - histórico das doenças pregressas, tratamentos anteriores, histórico familiar e histórico do uso de medicamentos;

b - aferições biométricas (através de balanças clínicas e estadiômetros), da pressão arterial (através de esfigmomanômetros), da frequência cardíaca (pelo pulso), e da acuidade visual (pela escala de Snellen à 6 metros de distância);

c - exame médico (através do exame físico);

d - exames complementares;

e - exame toxicológico;

f – exames específicos.

5.2.3 Os exames complementares compreenderão:

a - hemograma com contagem de plaquetas, glicemia de jejum, creatinina, FTAABS, machado guerreiro (tripanosomíase), gama GT, BetaHCG no sangue (para candidatos do sexo feminino);

b - urina parcial (tipo I);

c - radiografia de tórax PA com laudo;

d - eletrocardiograma (ECG) de repouso com laudo;

e - audiometria.

5.2.4 O exame toxicológico será constituído de coleta de material orgânico (cabelo) em recipiente de prova e contra-prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para as seguintes substâncias:

Anfetaminas:(anfetamina,metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA), MDEA, MDA, metadona); Opiáceos: (morfina, codeína, dihidrocodeína); Barbiturados: (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital); Canabinóides: (maconha); Benzodiazepínicos: (flurazepan, oxazepan, etc.); Cocaína: (metabólitos).

5.2.5 Serão exigidos os seguintes exames específicos:

a - ecocardiograma, para os candidatos que apresentem alterações no eletrocardiograma de repouso, portadores de hipertensão arterial ou doenças cardiovasculares;

b - radiografia simples de coluna PA e Perfil, para os portadores de desvios da coluna;

c - radiografia simples da coluna com escanometria de membros inferiores, para os portadores de báscula de bacia;

d - ressonância magnética de joelho, para aqueles que tenham se submetido à cirurgia ortopédica ou tratamento clínico de doenças do joelho;

e – laudo de acuidade visual, sem correção, efetuado por médico oftalmologista, para aqueles que apresentem doença ocular e/ou façam uso de lentes corretivas, constando no diagnóstico qualquer anormalidade;

f - panorâmica de face nos portadores de deformidades da arcada dentária, perda de dentes, doenças periapicais e periodontais.

5.2.6 Por ocasião da inspeção de saúde, os candidatos, obrigatoriamente deverão, às suas custas, providenciar e apresentar os exames complementares, o exame toxicológico e os exames específicos, cujas datas de realização deverão ser inferiores a 90 (noventa) dias da entrega, sob pena de não serem submetidos à avaliação médica e, conseqüentemente, desclassificados do concurso.

5.3 Na avaliação odontológica serão consideradas como condições mínimas:

a - ausência de raízes inaproveitáveis proteticamente;

b - ausência de dentes que possuam cimentos obturados provisórios;

c - ausência de anomalias de desenvolvimento de lábios, língua, palato, que prejudiquem a funcionalidade do aparelho estomatognático;

d - ausência de dentes cariados ou com lesões periapicais;

e - presença de todos os dentes anteriores (incisivos e caninos), tolerando-se dentes artificiais, desde que satisfaçam a estética e a função, inclusive prótese total;

f - ausência de lesões periodontais graves;

g - presença de raízes híginas, que forem aproveitadas proteticamente, serão consideradas como dentes naturais para todos os efeitos, desde que possuam a referida peça protética;

h - as próteses utilizadas para substituírem os dentes naturais deverão apresentar adaptabilidade adequadas;

i - ausência de distúrbios da fala.

5.4 A avaliação psicopatológica, de caráter eliminatório, tem como objetivo selecionar os candidatos que possuam características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade inerentes às atribuições das diversas funções institucionais, além do porte de arma de fogo.

5.4.1 Serão realizadas avaliações das características predominantes de personalidade, de habilidades mentais e de evidências de psicopatologias, por meio da aplicação de instrumentos psicométricos (testes psicológicos) autorizados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que resultem na obtenção de dados objetivos e fidedignos, de acordo com as tabelas de percentuais dos testes escolhidos pela comissão designada.

5.4.2 A avaliação psicopatológica será realizada por meio de testes psicológicos, aplicados aos candidatos de forma coletiva, ou seja, simultânea a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente em edital próprio.

5.4.3 Os candidatos que não atingirem o percentual mínimo de 50% nos testes objetivos (habilidades mentais) e/ou demonstrarem características de personalidade incompatíveis com o perfil profissiográfico do cargo, verificadas por intermédio de testes projetivos e/ou inventários de personalidade, serão submetidos à entrevista individual com um(a) Psicólogo(a) da comissão designada, podendo ainda ser submetidos a testes psicológicos complementares para a confirmação ou não das características.

5.4.4 Em caso de serem identificados indicativos da existência de alguma psicopatologia, os candidatos serão encaminhados para avaliação psiquiátrica.

5.4.5 Serão contra-indicados os candidatos que apresentarem características psicológicas incompatíveis com o perfil profissiográfico estabelecido pela PMPR e definido no **Anexo I** deste Edital, mediante estudos das necessidades emocionais, habilidades mentais e fatores de personalidade para o cargo e/ou a presença de qualquer psicopatologia descrita no Código Internacional de Doenças em vigor, detectada por intermédio dos testes utilizados, entrevista complementar ou avaliação psiquiátrica.

5.4.6 O resultado da avaliação psicopatológica será divulgado em conjunto com os demais exames que compõem a Avaliação Médica e o eventual motivo específico da desclassificação informado, por escrito, unicamente aos candidatos, por Psicólogo(a) componente da comissão designada, desde que requerido no prazo de dois dias úteis ao Presidente da Comissão de Concurso, podendo fazerem-se acompanhar de Psicólogo(a) de livre escolha, devidamente registrado no CRP, a fim de verificar os procedimentos técnicos adotados na avaliação em data determinada para vistas dos resultados da avaliação (entrevista de devolução), de acordo com o previsto em resolução do Conselho Federal de Psicologia.

5.4.7 Após a entrevista de devolução, os candidatos terão o prazo de dois dias úteis para apresentação de recurso administrativo perante o Presidente da Comissão de Concurso, podendo ser assessorados ou representados por Psicólogo que não tenha feito parte da comissão designada, que fundamentará o pedido de revisão do processo de avaliação dos recorrentes. O psicólogo contratado poderá proceder à revisão do processo de avaliação dos candidatos, na presença de um Psicólogo(a) da comissão designada.

5.4.8 Não serão, em hipótese alguma, aplicados novos testes em candidatos contra-indicados.

5.5 Aos candidatos, cujos exames apresentem alterações nas avaliações médica, odontológica ou psicopatológica, poderão ser solicitados exames ou avaliações especializadas, para esclarecimento do diagnóstico.

5.6 Serão julgados, pela Junta Médica, incapazes para o serviço ativo da Corporação os candidatos que:

a - não atenderem os índices mínimos exigidos, incidirem nas condições incapacitantes e/ou excederem a proporcionalidade de peso e altura;

b - apresentarem alterações, nos exames complementares considerados incompatíveis com o serviço ativo;

c - deixarem de realizar algum exame previsto neste Edital ou outros que vierem a ser exigidos em edital do concurso ou pela Junta Médica, bem como não apresentarem o respectivo laudo ou exibi-lo incompleto;

d - incidirem em condição clínica que, embora não constante no presente Decreto, seja considerada pela Junta Médica incapacitante.

5.7 As seguintes condições serão consideradas incapacitantes ao ingresso na Polícia Militar:

a - cabeça e pescoço: deformações, perdas externas de substância; cicatrizes extensas, deformantes, aderentes ou antiestéticas; contrações musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fístulas;

b - ouvido e audição: deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidades do conduto auditivo e tímpano; infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico serão observados os índices de acuidade auditiva constantes dos índices mínimos exigidos, considerando-se aptos os candidatos que apresentarem perdas auditivas em qualquer ouvido até 20 decibéis, nas frequências de 500HZ e 1000HZ, 30 decibéis, na frequência de 2000HZ e 35 decibéis nas frequências de 3000 à 8000HZ, por vias aérea e óssea;

c - olhos e visão: infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações corneanas, degenerações, seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais superiores a 10 graus; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares. Qualquer cirurgia refrativa é incapacitante, como também a discromatopsia de grau acentuado. Na avaliação da acuidade visual será considerado apto o candidato que apresentar um índice mínimo de 20/25 (seguindo-se a escala de SNELLEN), em ambos os olhos, a seis metros de distância e sem correção. Não serão permitidas cirurgias de correção de miopia dentro de um período de 6 meses entre o procedimento cirúrgico e a inspeção de saúde;

d - boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago: anormalidades estruturais congênitas ou não; desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; seqüelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório;

e - dentes: estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão e tumores; restaurações, dentaduras e pontes insatisfatórias; deficiências funcionais. Para estabelecer as condições normais de estética e mastigação, será tolerada a prótese dental, desde que o inspecionado apresente dentes naturais, conforme "Índices Mínimos";

f - pele e tecido celular subcutâneo: infecções crônicas ou recidivantes; micoses extensas, infectadas ou crônicas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicos crônicos ou infectados; expressões cutâneas das doenças auto-imunes; manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que comprometam a estética; nevus vasculares e externos

ou antiestéticos; tatuagem permanente no corpo, mesmo estilizada, que possa comprometer a estética, expressar ou sugerir qualquer ligação com gangues, organizações criminosas ou de estímulo à violência e ao uso de drogas, que seja contrária aos princípios e aos valores de liberdade e democracia, à moral, à lei, à ordem e aos bons costumes ou, cujo conteúdo, constitua-se em apologia à morte ou que ofenda os deveres e as obrigações militares, a ética, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe; presença de *piercing* para candidatos do sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatas do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais;

g - pulmões e paredes torácicas: deformidades relevantes congênitas ou adquiridas de caixa torácica; função respiratória prejudicada; doenças e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior (considerando-se a história); fístula e fibrose pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e despleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional;

h - sistema cardiovascular: anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções e inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidade do feixe de condução e outras, detectadas no eletrocardiograma; doenças oro-valvulares; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial (Pressão arterial diastólica superior a 140 mmHg e sistólica superior a 90 mmHg), taquiesfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas;

i - abdome e trato digestivo: anormalidades da parede (ex: hérnias, fístulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (ex: doença de Chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas, história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos;

j - aparelho gênito-urinário: anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; criptorquidia; o testículo único não é incapacitante, desde que não resulte de criptorquidia do outro testículo; varicocele, volumosa e/ou dolorosa. A hipospádia não é incapacitante;

l - aparelho osteo-mio-articular: doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvios ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e seqüelas de cirurgia. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral, será buscado o parecer especializado para avaliação de sintomas, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural. Os limites mínimos para a mobilidade são: ombro - elevação para diante a 90°, abdução a 90°; cotovelo - flexão a 100°, extensão a 150°; punho - alcance total a 15°; mão - supinação/pronação a 90°; dedos - formação de pinça digital; coxo-femural - flexão a 90°, extensão a 10°; joelho - extensão total, flexão a 90°; tornozelo - dorsiflexão a 10°, flexão plantar a 10°;

m - doenças metabólicas e endócrinas: “Diabetes mellitus”; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção tiroideana sintomática; tumores da tireóide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênicas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica;

n - sangue e órgãos hematopoiéticos: alterações do sangue e órgãos hematopoiéticos significativas. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado;

o - doenças neuropsiquiátricas: distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênicas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofia e fraquezas musculares. Será avaliada cuidadosamente a história para detectar síndromes convulsivas, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade, transtornos mentais associados ao alcoolismo, abuso de substâncias psicoativas, psicoses, estados paranóides e transtornos de personalidade;

p - tumores e neoplasias: qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutivo ou comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão;

q - doenças sexualmente transmissíveis: qualquer DST é incapacitante. Serão toleradas cicatrizes sorológicas para lues;

r - condições ginecológicas: neoplasias; coforite; cistos ovarianos não funcionais; salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas, exceto insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida; anormalidades congênicas; mastites específicas, tumorações da mama;

s - proporcionalidade de peso e altura seguindo-se os índices do IMC (Índice de Massa Corpórea), cujo cálculo será apurado utilizando-se a fórmula do IMC (abaixo), considerando-se aptos aqueles que estiverem dentro dos seguintes limites: sexo masculino (IMC entre 18 e 30) e sexo feminino (IMC entre 18 e 28). Será incapacitado todo candidato que tiver realizado cirurgia de obesidade a menos de 2 anos da data da inspeção de saúde. Sendo a fórmula para o cálculo do IMC:

$$\text{IMC} = \text{PESO CORPORAL (em quilogramas)} / \text{ALTURA}^2 \text{ (em metros)}$$

5.8 Constatada a gravidez na avaliação médica, constituir-se-á ela em impeditivo à realização do exame de capacidade física, dado o esforço físico exigido, com o conseqüente risco de morte ao candidato e risco à gestação.

6 EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA E HABILIDADES ESPECÍFICAS

6.1 Os candidatos serão submetidos a exame de capacidade física (ECAFI) que terá aplicabilidade a candidatos do sexo masculino e feminino, ressaltando-se as individualidades biológicas de cada um.

6.2 O Exame de Capacidade Física (ECAFI) constitui-se da realização de um conjunto de testes, compostos de exercícios físicos que avaliem parâmetros de força, coordenação, agilidade, equilíbrio dinâmico, flexibilidade, potência muscular, capacidade aeróbica, anaeróbica e de velocidade, permitindo classificar o estado físico, no momento da execução dos testes, devendo o candidato cumprir com habilidades o que lhe é proposto.

6.3 O Exame de Capacidade Física (ECAFI), aplicado aos candidatos, será composto de 03 (três) testes: shuttle run (corrida de ir e vir), tração na barra fixa e corrida de 2.400 metros.

6.4 Os objetivos, os procedimentos para realização e índices do Exame de Capacidade Física (ECAFI), são os previstos nos **Anexos II e III**, que trata das normas para aplicação e execução do exame de capacidade física.

6.5 Os candidatos para o CFO Bombeiro Militar, ainda serão submetidos aos exames de habilidades específicas, compreendendo as provas de subida no cabo, mergulho, natação e transposição em trave suspensa, tendo suas condições e tempo de execução reguladas nos **Anexos IV e V**.

6.6 A tabela de pontuação constante do **anexo III** é somente para fins de aptidão no exame de capacidade física, não sendo computado para efeitos de classificação no certame, prevalecendo neste caso, a média obtida no Concurso Vestibular da UFPR.

6.7 O Exame de Capacidade Física e Habilidades Específicas são eliminatórios, ou seja, o candidato que não obtiver o índice mínimo exigido e constante dos **Anexos II, III, IV e V**, será desclassificado, sendo vedado o reteste.

6.8 Os candidatos que não reunirem condições de realizar os exames e provas nos dias previstos, sejam quais forem os motivos, serão considerados inaptos e desclassificados do certame.

7 PESQUISA SOCIAL

7.1 A pesquisa social será realizada pelo órgão de inteligência da PMPR, cujo resultado será avaliado por comissão designada e composta por membros integrantes da 2ª Seção do Estado-Maior, a fim de verificar a existência e antecedentes de caráter policial ou criminal que contra-indiquem os candidatos, dada a natureza e o grau de responsabilidade do cargo militar estadual para o exercício das funções institucionais.

7.2 Caberá ainda, ao órgão de inteligência da PMPR, proceder a pesquisa a respeito dos requisitos indispensáveis em relação à conduta social e idoneidade moral.

7.3 A Pesquisa Social compreenderá no preenchimento de questionário, diligências (ambiência doméstica e social), entrevistas e pedidos de informação, que se estenderá inclusive ao período de formação.

7.4 O formulário do questionário, cujo recebimento será feito logo após a realização do exame psicopatológico, no mesmo local, visa coletar dados gerais a respeito dos candidatos, devendo ser devidamente preenchido e entregue mediante recibo em até cinco dias úteis junto à 2ª Seção do Estado-Maior da Corporação.

7.5 As diligências destinam-se a verificar *in loco* se o comportamento, de um modo geral, bem como se a conduta social do candidato não contrariam:

- a - os requisitos estabelecidos neste Edital para ingresso na PMPR;
- b - as obrigações e deveres inerentes ao futuro militar, de acordo com o previsto no Código da Polícia Militar do Paraná.

7.6 As diligências de Ambiência Social compreendem:

- a - Não ter envolvimento com pessoas comprometidas com ilícitos;
- b - Se, nos locais que trabalha ou trabalhou, as atividades são ou eram idôneas e lícitas. Em caso positivo, se o comportamento é ou era compatível com a condição de futuro militar (assíduo, pontual, honesto e relaciona-se ou relacionava-se bem com os colegas);
- c - Se os locais onde freqüentou ou costuma freqüentar são compatíveis com a condição de futuro militar, tendo em vista as pessoas que o freqüentam e as atividades que ali são realizadas.

7.7 As diligências de ambiência doméstica compreendem:

- a - Verificar se o candidato é possuidor de condições mínimas de higiene pessoal;
- b - Se não reside sob o mesmo teto com pessoas envolvidas em ilícitos.

7.8 A Entrevista tem a finalidade de comparar os dados fornecidos pelos candidatos e por terceiros com o apurado nas diligências realizadas, esclarecer dúvidas, levantar outras informações julgadas necessárias e dar condições de emitir parecer conclusivo sobre a aprovação ou reprovação do candidato.

7.9 Os Pedidos de Informações visam coletar dados relativos aos antecedentes do candidato nos órgãos abaixo:

- a - Instituto de Identificação do Paraná;
- b - escolas públicas/particulares;
- c - Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
- d - firmas públicas/particulares;
- e - organizações militares;
- f - Segunda Seção do Estado-Maior da PMPR;
- g - Delegacia Regional da Polícia Federal - Seção Paraná;
- h - outros órgãos julgados necessários.

7.10 Será desclassificado do Concurso Público previsto neste Edital, o candidato que tenha sido considerado inapto ou contra-indicado em concursos anteriores da PMPR no Exame Social e Documental, salvo se houver cessado o motivo daquela reprovação, bem como aqueles que durante a realização de qualquer fase do certame faltarem com o respeito, a disciplina e a ética social com qualquer dos examinadores, concorrentes ou pessoas que porventura estejam nos locais de exame.

7.11 Havendo parecer desfavorável acerca da vida pregressa do candidato este será eliminado do concurso, sendo que o motivo da contra-indicação, será fornecido por escrito pelo órgão de inteligência da PMPR em caráter confidencial exclusivamente ao candidato que assim o requerer, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação do resultado, e a partir do dia em que tomar ciência terá o candidato 02 (dois) dias úteis para interpor recurso administrativo no mesmo local.

8 DOS RECURSOS

8.1 Será admitido recurso relativo a correção de provas subjetivas e teórico-práticas e erro material.

8.2 O recurso será admitido uma única vez, não cabendo pedido de reconsideração ou recurso à instância superior.

8.3. Os recursos a que se refere o item 8.1 serão julgados pela banca examinadora exceto o de erro material, que será julgado pela entidade executora do concurso.

8.4 O recurso apresentado terá efeito devolutivo até seu julgamento.

8.5 Serão liminarmente indeferidos os recursos que não estiverem devidamente justificados ou se baseiem em razões de caráter subjetivo, os que derem entrada fora de prazo ou os recursos enviados via postal, via fax ou via correio eletrônico.

8.6 O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia imediato à data de divulgação dos resultados de cada fase, em edital específicos.

8.7 O candidato que impetrar recurso somente será encaminhado para a realização dos exames seguintes caso tenha sido deferido o seu requerimento.

8.8 Compete à Comissão do Concurso decidir, motivadamente, sobre os recursos no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis.

8.9 Os recursos a que se refere o presente Edital, deverão, observados os prazos, ser dirigidos ao Presidente do Concurso Público e protocolados no Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) no Quartel do Comando Geral em Curitiba à rua Marechal Floriano Peixoto nº 1.401, bairro Rebouças, no horário de expediente.

9 DA CONVOCAÇÃO

9.1 Após satisfeitas todas as exigências previstas para o concurso serão convocados para inclusão pelo Centro de Recrutamento e Seleção e apresentação na Academia Policial Militar do Guatupê, na data prevista, os candidatos aprovados e classificados dentro do limite do número de vagas.

9.2 O candidato que deixar de se apresentar para inclusão no Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR (CRS) e posteriormente na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), nas datas estipuladas, ou deixar de cumprir quaisquer outras exigências deste Edital, será eliminado do Processo, podendo ser substituído a critério da Administração, pelo que se segue em ordem de classificação.

10 DA INCLUSÃO

10.1 Após a divulgação do resultado final do concurso, a convocação para a inclusão será realizada conforme a conveniência à administração, por meio de edital a ser publicado em Diário Oficial do Estado e divulgado na página do Núcleo de Concursos no *site* da UFPR.

10.2 O candidato será incluído no estado efetivo da Polícia Militar do Paraná após preencher todos os requisitos exigidos no presente Edital.

10.3 O candidato aprovado que deixar de entregar a documentação exigida no prazo estipulado no edital de divulgação do resultado final, perderá o direito à vaga, ocasião em que serão convocados os suplentes pela ordem de classificação.

10.4 A entrega da documentação deverá ser feita pessoalmente pelo próprio candidato e, se menor, deverá apresentar autorização expressa do pai ou responsável junto ao Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná.

10.5 Após a apresentação dos classificados em primeira chamada (convocação), se persistirem vagas, haverá segunda chamada e outras, a critério da Polícia Militar do Paraná, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação do CV/UFPR, precedidas todavia de convocação através de edital divulgado no *site* www.nc.ufpr.br.

10.6 São requisitos e condições para a efetivação da inclusão e matrícula no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM), além de ser aprovado nas Provas de Habilidades Específicas e no CV/UFPR, referente ao 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM), e estar classificado dentro do número de vagas oferecidas, ainda apresentar:

a – cópia e original do histórico escolar e do certificado de conclusão do ensino médio;

b – original do certificado de reservista ou dispensa de incorporação, quando for o caso;

c - título de eleitor; inclusive para menores de 18 anos (para fins de cadastro);

d - cédula de identidade do Estado do Paraná;

e – certidões dos distribuidores criminais das Justiças Estadual e Federal dos lugares em que haja residido nos últimos 05 (cinco) anos;

f - certidão do Tribunal Regional Eleitoral;

g – certidões das Justiças Militares da União e do Estado, neste último caso somente quando o candidato for militar ou ex-militar estadual;

h – certidões do Arquivo-Geral e da Seção de Justiça e Disciplina da PMPR, quando ex-militar estadual do Paraná;

i - atestado de antecedentes, fornecido por Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do(s) Estado(s) em que haja residido nos últimos 05 (cinco) anos;

j – declaração de não estar ocupando cargo ou exercendo função pública.

10.7 A apresentação dos documentos deverá ser feita junto ao Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR, pessoalmente pelos candidatos, fazendo-se acompanhar do pai ou responsável se menor de dezoito anos.

11 DA MATRÍCULA

11.1 A matrícula dos candidatos aprovados no concurso e incluídos na PMPR está prevista para ocorrer logo após serem apresentados pela Diretoria de Pessoal, através do Centro de Recrutamento e Seleção, na Academia Policial Militar do Guatupê.

12 PRESCRIÇÕES DIVERSAS

12.1 Os candidatos inscritos no CV/UFPR deverão comparecer em datas, horários e locais determinados pelo Edital próprio do CV/UFPR, igualmente, em hipótese alguma haverá mudanças de datas das Provas de Habilidades Específicas, bem como não será facultado o acesso de candidato retardatário ao local da prova, após o horário especificado.

12.2 As Provas de Habilidades Específicas terão caráter eliminatório, podendo realizar a Prova de Habilidade Específica seguinte, somente o candidato apto na anterior.

12.3 Em hipótese alguma será realizado novo teste onde candidato tiver sido considerado ausente, inapto, desclassificado ou contra-indicado.

12.4 Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, fase ou etapa do concurso, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, na sua eliminação automática do concurso.

12.5 O candidato menor de 18 (dezoito) anos deverá apresentar autorização expressa do pai ou responsável, para a realização das Provas de Habilidades Específicas, sendo obrigatório a todos a apresentação da cédula de identidade (original), para a participação em cada uma das etapas.

12.6 O Estado do Paraná isentar-se-á de qualquer responsabilidade por acidente decorrente de imprudência, imperícia ou negligência dos candidatos, que possa resultar em incapacidade parcial ou total durante a realização das provas de habilidades específicas.

12.7 Às comissões designadas para as provas de habilidades específicas, caberá a responsabilidade de providenciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades que lhes ficarão incumbidas face à designação.

12.8 Fica vedado o aproveitamento de candidatos classificados como suplentes para o preenchimento de vagas em concurso subsequente.

12.9 O ingresso e a concomitante matrícula, que serão definidos em edital, ocorrerão dentro prazo de validade do concurso, cujo lapso temporal fluirá da divulgação do resultado final até o implemento de 15% (quinze por cento) de horas-aula em quaisquer das disciplinas curriculares ministradas no 1º ano do Curso de Formação respectivo, de acordo com as normas próprias da Corporação.

12.10 Os candidatos tidos como suplentes no resultado final do concurso, poderão ser chamados dentro da ordem de classificação, quando da abertura de vagas ocupadas por titulares, obedecendo-se o interesse e a conveniência à administração.

12.11 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a - usar ou tentar usar de meios fraudulentos, bem como portar material que possa ser utilizado para fraudar a realização de qualquer prova, teste ou exame;

b - faltar ou chegar atrasado para a realização de qualquer prova, teste ou exame;

c - não portar documento comprobatório da inscrição e de identidade com fotografia para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

12.12 O Presidente do Concurso será o Chefe do Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR.

12.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

12.14 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

a - Anexo "I" – Perfil Profissiográfico do Exame Psicopatológico;

b - Anexos "II e III" – Conteúdo do Exame de Capacidade Física;

c - Anexos "IV e V" – Conteúdo do Exame de Habilidades Específicas BM.

Curitiba, 11 de agosto de 2009

Coronel QOPM JOACYR JOSÉ DA SILVA
DIRETOR DE PESSOAL DA PMPR

ANEXO I

PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

Característica	Descrição	Parâmetro
Controle emocional	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.	Elevado
Ansiedade	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas que podem afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.	Diminuída
Impulsividade	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.	Diminuída
Domínio psicomotor	Habilidade sinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.	Adequado
Raciocínio espacial	Capacidade de visualização, isto é, de formar representações mentais visuais e manipulá-las transformando-as em novas representações.	Adequado
Atenção Concentrada	Capacidade de abstrair-se de tudo e fixar a atenção em um objeto.	Elevada
Autoconfiança	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.	Adequada
Resistência à frustração	Habilidade de manter suas atividades em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.	Elevada
Persistência	Tendência de levar a cabo qualquer trabalho iniciado, independente das dificuldades.	Elevada
Assertividade	Expressão de qualquer sentimento com controle da ansiedade e sem ferir os direitos do outro.	Elevada
Inteligência	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.	Adequada
Memória	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.	Elevada
Agressividade	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.	Levemente elevada
Adaptabilidade	Capacidade do indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.	Elevada
Flexibilidade	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.	Elevada
Maturidade	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.	Adequada
Responsabilidade	Capacidade do indivíduo tomar decisões, assumindo suas conseqüências.	Elevada
Dinamismo	Capacidade de desenvolver atividades intensas.	Elevado
Iniciativa	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.	Elevada
Fluência verbal	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.	Elevada
Sociabilidade	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.	Elevada
Capacidade de liderança	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.	Elevada
Fobias	Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.	Ausentes
Honestidade	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.	Elevada

ANEXO II

EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA (ECAFI)

O Exame de Capacidade Física será composto pelos exercícios, conforme descrição abaixo, obedecendo aos índices previstos na tabela.

Para ser considerado(a) APTO (a) o(a) candidato(a) deverá obter, nos exercícios de shuttle run (corrida de ir e vir), tração na barra fixa e corrida de 2400m, uma somatória mínima de onze pontos de um total máximo de quinze.

Será considerado(a) INAPTO(a) o candidato(a) que não alcançar o mínimo exigido.

Exercícios:

1. SHUTTLE RUN (corrida de ir e vir)

- a) Objetivo: avaliação da agilidade neuro-motora e de velocidade.
- b) Material: dois tacos de madeira e um cronômetro e espaço livre de obstáculos.
- c) Procedimento: O candidato(a) coloca-se atrás do local da largada, com o pé o mais próximo possível da linha de saída. Ao comando de voz do avaliador, o candidato inicia o teste com o acionamento concomitante do cronômetro. O candidato em ação simultânea, corre à máxima velocidade até os tacos equidistantes da linha de saída à 9,14 (nove metros e quatorze centímetros), pega um deles e retorna ao ponto de onde partiu, depositando esse taco atrás da linha de partida. Em seguida, sem interromper a corrida, vai em busca do segundo taco, procedendo da mesma forma. O cronômetro é parado quando o candidato deposita o último taco no solo e ultrapassa com pelo menos um dos pés a linha final. Ao pegar o deixar o taco, o candidato terá que cumprir uma regra básica do teste, ou seja, transpor pelo menos um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado. O taco não deve ser jogado, mas sim, depositado ao solo.
- d) Número de Tentativas: duas, tendo o candidato duas para realizar sendo considerado válido o seu melhor tempo.
- e) Tempo de Execução: conforme tabela.

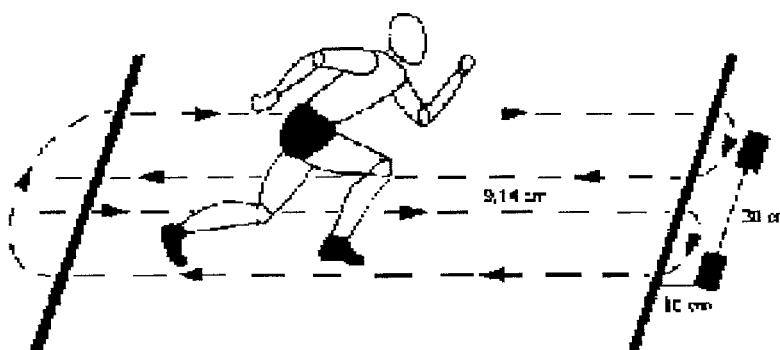


Figura 1 -Esquema de Shuttle Run
Fonte: DANTAS, E.H.M., 1986

2. TRAÇÃO NA BARRA FIXA

a) Objetivo: medir a força muscular de membros superiores.

b) Procedimento: partindo da posição inicial (pegada) na barra, posição (pronação), flexionar os braços, ultrapassando o queixo em ângulo reto com o pescoço até a parte superior da barra, pés fora do solo, e voltar à posição inicial, ficando com os braços completamente estendidos.

É proibido o contato das pernas ou do corpo com qualquer objeto ou auxílios.

Para a contagem serão válidas as trações corretamente executadas, encerrando-se o exercício assim que o candidato largar a barra.

Serão computadas as trações realizadas em que o queixo ultrapasse a altura da barra em ângulo reto. Não será computada a primeira tração, caso o candidato a realize com o aproveitamento do impulso feito durante o salto para a empunhadura de tomada à barra.

c) Número de tentativas: será aceito apenas 01 (uma).

d) Número de repetições: conforme tabela.

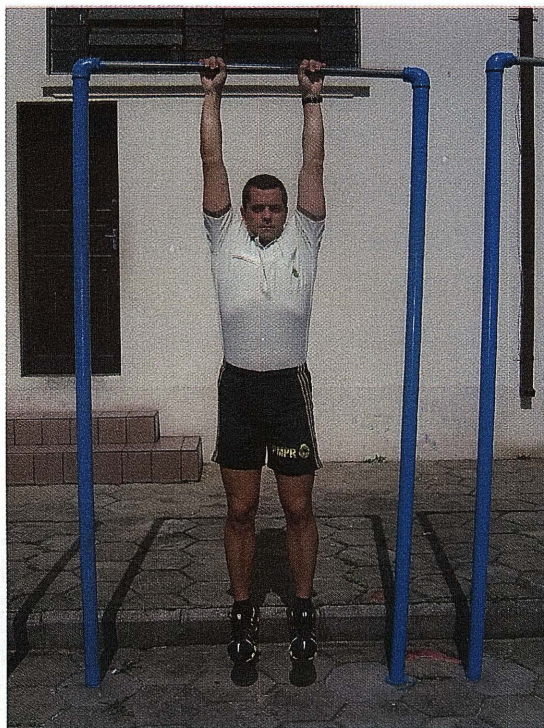


Figura 2 - Posição 1 inicial, e, Posição 3 final.

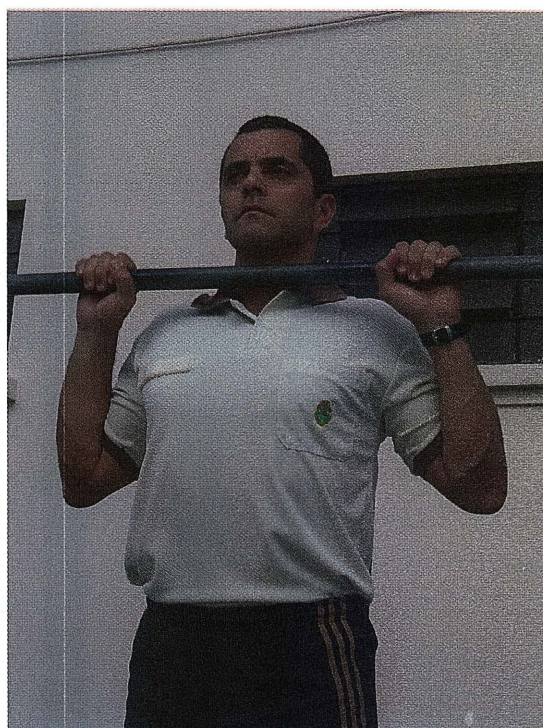


Figura 3 - Posição 2 intermediária.

3. CORRIDA DE 2.400m

- a) Objetivo: verificar a capacidade aeróbica do candidato.
- b) Procedimento: o candidato deverá percorrer a distância de 2.400m, sendo permitido andar durante o percurso. Ao final do teste será computado o tempo levado para percorrer a distância prevista.
- c) Número de tentativas: 01 (uma)
- d) Tempo de execução: conforme tabela.

ANEXO III

TABELA DE PONTUAÇÕES DOS EXERCÍCIOS

SHUTTLE RUN			
Medido em segundos e décimos de segundo			
FEMININO		MASCULINO	
Tempo em segundos	Pontos	Tempo em segundos	Pontos
Até 12,00	5	Até 11,00	5
De 12,01 até 12,50	4	De 11,01 até 11,50	4
De 12,51 até 13,00	3	De 11,51 até 12,00	3
De 13,01 até 13,50	2	De 12,01 até 12,50	2
De 13,51 até 14,00	1	De 12,51 até 13,00	1
14,01 ou mais	0	13,01 ou mais	0

TRAÇÃO NA BARRA FIXA – PEGADA E PRONAÇÃO			
Medido em repetições			
FEMININO		MASCULINO	
Número de Repetições	Pontos	Número de Repetições	Pontos
5	5	12 ou mais	5
4	4	De 09 até 11	4
3	3	De 06 até 08	3
2	2	De 03 até 05	2
1	1	Até 02	1
0	0	Até 01	0

CORRIDA DE 2.400 METROS			
Medido em minutos e segundos			
FEMININO		MASCULINO	
Tempo	Pontos	Tempo	Pontos
Até 13,00	5	Até 11,00	5
De 13,01 até 13,30	4	De 11,01 até 11,30	4
De 13,31 até 14,00	3	De 11,31 até 12,00	3
De 14,01 até 14,30	2	De 12,01 até 12,30	2
De 14,31 até 15,00	1	De 12,31 até 13,00	1
De 15,01 ou mais	0	13,01 ou mais	0

ANEXO IV

TABELA DOS EXAMES DE HABILIDADES ESPECÍFICAS BOMBEIROS-MILITARES

MASCULINO		
Seqüência de Provas	Condições de execução	Tempo para execução
1. Subida no Cabo	Subir 3 (três) metros em cabo de sisal de 1 (uma) a 1 ½ (uma e meia) polegada de diâmetro, sem auxílio dos membros inferiores (pés, pernas e coxas), aparelhos, materiais ou qualquer substância aderente. A partida será com os pés apoiados e os braços totalmente estendidos acima da cabeça, com as mãos agarradas na marca de início e colocadas a 2 (dois) metros do solo. A finalização da prova ocorrerá quando o candidato tocar ou ultrapassar, com uma das mãos, a marca de 3 (três) metros, sendo esta contada a partir da marca inicial de 2 (dois) metros. O candidato não poderá pegar impulso com os pés para iniciar o teste e terá 2 (duas) tentativas, devendo estar seco para a realização da prova. O candidato que não alcançar a marcação de início de 2 (dois) metros poderá fazer uso de material fornecido pela comissão de avaliação.	O tempo é livre.
2. Mergulho	O candidato deverá mergulhar em apnéia, sem equipamento algum, e apanhar 3 (três) bolas de sinuca a uma profundidade entre 3 (três) e 4 (quatro) metros numa área de busca de 1 (um) m ² delimitada no fundo da piscina. O candidato deverá sair da superfície da água em região logo acima do quadrado, não podendo se apoiar nas bordas ou raia para realizar o mergulho. Em cada tentativa, o candidato deverá resgatar as três bolas. O candidato terá até 2 (duas) tentativas, com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos. Haverá na piscina uma demarcação visível, ao nível da superfície da água, em uma das paredes, informando a profundidade.	O tempo é livre.
3. Natação	Nadar 50 (cinquenta) metros em uma piscina com dimensões entre 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) metros de comprimento, com raia mescladas com bóias, mantendo-se no nível da água, de acordo com as normas da FINA - Federação Internacional de Natação. O candidato deverá executar o deslocamento em meio líquido, podendo utilizar-se de qualquer estilo. A partida será do bloco de partida ou da borda da piscina ou de dentro da água, com o candidato tocando com uma das mãos o bloco de partida ou a borda da piscina, podendo realizar qualquer estilo de virada, devendo tocar com qualquer parte do corpo na parede de virada, sem agarrar-se nas bordas, nos separadores de raia flutuantes, nem apoiar os pés no fundo da piscina, ou utilizar-se de meios como: palmar, nadadeiras e similares. O uso de óculos é opcional. O uso de touca é opcional, sendo no entanto obrigatório se no estabelecimento onde realizar-se a prova for ela exigida. O candidato terá apenas 1 (uma) tentativa.	Até 1'30" (um minuto e trinta segundos)
4. Transposição em trave suspensa	Transpor um vão de 6 (seis) metros de comprimento, andando sobre uma trave de 15 (quinze) centímetros de largura, à 6 (seis) metros de altura. A partida dar-se-á após o candidato estar em pé sobre a trave, sem qualquer tipo de apoio para as mãos e antes da linha de partida. Durante a execução o candidato não poderá se apoiar no cabo de segurança. A finalização ocorrerá após o candidato ultrapassar com os 2 (dois) pés a linha demarcada à 6 (seis) metros de distância da linha de partida. O candidato terá até 2 (duas) tentativas, com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos.	Até 1'00" (um minuto)
Será considerado inabilitado o candidato que não atingir o índice mínimo em qualquer prova. Haverá prévia demonstração de cada prova.		

ANEXO V

TABELA DOS EXAMES DE HABILIDADES ESPECÍFICAS BOMBEIROS-MILITARES

FEMININO		
Seqüência de Provas	Condições de execução	Tempo para execução
1. Subida no Cabo	Subir 2 m (dois metros) em cabo de sisal de 1 (uma) a 1 ½ (uma e meia) polegada de diâmetro, sem auxílio dos membros inferiores (pés, pernas e coxas), aparelhos, materiais ou qualquer substância aderente. A partida será com os pés apoiados e os braços totalmente estendidos acima da cabeça, com as mãos agarradas na marca de início e colocadas a 2 (dois) metros do solo. A finalização da prova ocorrerá quando a candidata tocar ou ultrapassar, com uma das mãos, a marca de 2 m (dois metros) metros, sendo esta contada a partir da marca inicial de 2 (dois) metros. A candidata não poderá pegar impulso com os pés para iniciar o teste e terá 2 (duas) tentativas, devendo estar seca para a realização da prova. A candidata que não alcançar a marcação de início (dois metros) poderá fazer uso de material fornecido pela comissão de avaliação.	O tempo é livre.
2. Mergulho	A candidata deverá mergulhar em apnéia, sem equipamento algum, e apanhar 3 (três) bolas de sinuca a uma profundidade entre 3 (três) e 4 (quatro) metros numa área de busca de 1 (um) m ² delimitada no fundo da piscina. A candidata deverá sair da superfície da água em região logo acima do quadrado, não podendo se apoiar nas bordas ou raias para realizar o mergulho. Em cada tentativa a candidata deverá resgatar as três bolas. A candidata terá até 2 (duas) tentativas, com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos. Haverá na piscina uma demarcação visível, ao nível da superfície da água, em uma das paredes, informando a profundidade.	O tempo é livre.
3. Natação	Nadar 50 (cinquenta) metros em uma piscina com dimensões entre 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) metros de comprimento, com raias mescladas com bóias, mantendo-se no nível da água, de acordo com as normas da FINA - Federação Internacional de Natação. A candidata deverá executar o deslocamento em meio líquido, podendo utilizar-se de qualquer estilo. A partida será do bloco de partida ou da borda da piscina ou de dentro da água, com a candidata tocando com uma das mãos o bloco de partida ou a borda da piscina, podendo realizar qualquer estilo de virada, devendo tocar com qualquer parte do corpo na parede de virada, sem agarrar-se nas bordas, nos separadores de raias flutuantes, nem apoiar os pés no fundo da piscina, ou utilizar-se de meios como: palmar, nadadeiras e similares. O uso de óculos é opcional. O uso de touca é opcional, sendo no entanto obrigatório se no estabelecimento onde realizar-se a prova for ela exigida. A candidata terá apenas 1 (uma) tentativa.	Até 2'00" (dois minutos)
4. Transposição em trave suspensa	Transpor um vão de 6 (seis) metros de comprimento, andando sobre uma trave de 15 (quinze) centímetros de largura, à 6 (seis) metros de altura. A partida se dará após a candidata estar em pé sobre a trave, sem qualquer tipo de apoio para as mãos e antes da linha de partida. Durante a execução a candidata não poderá se apoiar no cabo de segurança. A finalização ocorrerá após a candidata ultrapassar com os 2 (dois) pés a linha demarcada à 6 (seis) metros de distância da linha de partida. A candidata terá até 2 (duas) tentativas, com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos.	Até 1'00" (um minuto)
Será considerada inabilitada a candidata que não atingir o índice mínimo em qualquer prova. Haverá prévia demonstração de cada prova.		

Anexo C – Edital DRH/CRS Nº. 08/2008 – CFO da PM de Minas Gerais

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EDITAL DRH/CRS Nº 08/2008, DE 06 DE MAIO DE 2008.

CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS/CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ÁREA DE DEFESA SOCIAL, DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2009 (CFO/CBCM-2009).

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E O CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autorização concedida pela Resolução nº 3.967 de de 18 de abril de 2008, tornam pública a abertura das inscrições e estabelecem normas para a realização do concurso público destinado a selecionar candidatos para o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS/CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ÁREA DE DEFESA SOCIAL, a iniciar-se no ano de 2009, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto, bem como os termos da Lei nº 5.301, de 16/10/1969, e suas alterações, Lei 14.445, de 26/11/2002, Resolução Conjunta nº 3692, de 19/11/2002, legislação complementar pertinente ao assunto e, em particular, as normas estabelecidas neste edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será regido por este edital e gerenciado pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), através do Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) da PMMG.

1.2 A Academia de Polícia Militar é instituição de Ensino Superior, credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação, mediante Decreto de 29/11/2005.

1.3 O Curso de Formação de Oficiais/Bacharelado em Ciências Militares – área de Defesa Social, é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, mediante Decreto de 03/01/2008 e tem como objetivo formar oficiais graduados em ciências militares, na área de defesa social, para o desempenho dos cargos de tenentes e capitães da Polícia Militar.

1.4 São oferecidas 54 (cinquenta e quatro) vagas para o sexo masculino e 06 (seis) vagas para o sexo feminino.

1.5 O ingresso, na PMMG, do candidato habilitado, dar-se-á na graduação de praça especial, como cadete do primeiro ano do CFO/CBCM.

1.6 O curso funcionará no Centro de Ensino de Graduação (CEG) da Academia de Polícia Militar (APM), na rua Diabase, n.º 320, bairro Prado, nesta Capital e terá duração de 03 (três) anos letivos, em tempo integral, regime de dedicação exclusiva e com atividades escolares extra-classe após às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.7 O cadete fará jus, durante o período de curso, à remuneração, abono fardamento, assistência médico-hospitalar, psicológica e odontológica. Durante o curso o cadete poderá ficar alojado, com a finalidade de familiarizar-se ao regime de caserna e as atividades militares, de acordo com o Regimento do Centro de Ensino de Graduação (RCEG).

1.8 Concluído com aproveitamento o curso e satisfeitas as exigências legais, o cadete será declarado

Aspirante-a-Oficial, segundo a ordem de classificação no curso, podendo ser classificado, de acordo com a necessidade e conveniência administrativa, em qualquer unidade da Polícia Militar, em todo o Estado de Minas Gerais.

1.9 O ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) dar-se-á no posto inicial da carreira, 2º Ten PM sendo que, para tal, o Aspirante-a-oficial deverá cumprir interstício mínimo de 06 (seis) meses na graduação, além de satisfazer as condições gerais previstas na legislação e demonstrar possuir comprovada vocação para o oficialato, reconhecida pela maioria dos oficiais da unidade em que servir.

1.10 No decorrer da carreira a movimentação do oficial será regulada pela Lei nº 5301, de 16/10/1969.

1.11 Não haverá reserva de vagas para os portadores de necessidades especiais, tendo em vista a natureza do cargo.

2 DO CARGO

2.1 Descrição Sumária das Atribuições

2.1.1 Cadete PM: Exercer atividade estudantil, em regime de dedicação integral, e demais atividades internas e externas atreladas à sua formação, durante o período de duração do CFO/CBCM, conforme o Regulamento da Academia de Polícia Militar (RAPM) e o Regimento do Centro de Ensino de Graduação (RCEG).

2.1.2 Aspirante a Oficial PM: exercer atribuições inerentes aos oficiais subalternos (tenentes), com atribuições e deveres semelhantes, respeitadas as restrições previstas em leis, regulamentos e instruções pertinentes.

2.1.3 2º Tenente PM: Promover a segurança pública através de ações e operações policiais militares, coordenando, controlando e monitorando os resultados alcançados. Para tanto, a atuação do Tenente compreende as seguintes atribuições específicas, dentre outras:

- a) comandar pelotão;
- b) coordenar policiamento ostensivo, reservado e velado;
- c) assessorar o comando;
- d) gerenciar recursos humanos e logísticos;
- e) participar do planejamento de ações e operações;
- f) desenvolver processos e procedimentos administrativos militares;
- g) atuar na coordenação da comunicação social;
- h) promover estudos técnicos e de capacitação profissional;
- i) pautar suas ações em preceitos éticos, técnicos e legais.

2.1.3.1 Condições gerais de exercício do cargo: trabalhar em contato cotidiano com o público, em equipe, sob supervisão, em ambiente de trabalho que pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos, em horários diversos (diurno, noturno e em rodízios de turnos). Atuar em condições de pressão e de risco de morte em sua rotina de trabalho.

2.2 Remuneração e Regime Jurídico

2.2.1 A remuneração básica inicial para o cadete do 1º ano do CFO/CBCM é de R\$ 2.065,54 (dois mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) e para o cargo de 2º Tenente PM é de R\$ 3.177,23 (três mil cento e setenta e sete reais e vinte e três centavos).

2.2.2 O regime jurídico de trabalho será o estatutário, em conformidade com as normas contidas na Lei nº 5.301, de 16/10/1969 e legislação complementar.

3 DOS REQUISITOS

3.1 São requisitos legais exigidos para ingresso na Polícia Militar:

a) ser brasileiro (a);
 b) possuir ensino médio completo ou equivalente;
 c) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
d) ter no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 30 (trinta) anos, completáveis até a data de início do curso, no caso específico prevista para o dia 02/02/2009, o que implica exigência de ter nascido no período compreendido de 02/02/1979 a 02/02/1991; (grifo nosso)

e) possuir idoneidade moral;
 f) ter altura mínima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros);
 g) ter sanidade física e mental;
 h) ter aptidão física;
 i) ser aprovado em avaliação psicológica;
 j) não apresentar, quando em uso dos diversos uniformes, tatuagem visível que seja, por seu significado, incompatível com o exercício das atividades de policial militar.

k) não ter sido demitido da PMMG, de outra instituição militar, Força congênere; não ter dado baixa no "mau comportamento", na vigência do Regulamento Disciplinar da PMMG, no conceito "C" na vigência do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais; não ter sido exonerado ou demitido da PMMG ou do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais com base no art. 146, incisos II, III, IV ou V, letra "a" e "caput" do art. 147, da Lei 5.301, de 16/10/1969.

3.2 O preenchimento dos requisitos previstos nas letras "f" e "j" do item 3.1 serão verificados na 2ª fase do concurso, o previsto na letra "g" será verificado nas 2ª e 3ª fases; o previsto na letra "h" será verificado na 4ª fase e o previsto na letra "i" será verificado na 5ª fase, sendo comprovados, respectivamente, por meio de exames médicos, laboratoriais, de capacitação física e psicológicos. Os requisitos previstos nas letras "a", "b", "c", "d", "e", "k", serão verificados quando da matrícula no curso.

3.3 Para fins da comprovação da idoneidade moral o candidato deverá apresentar, no momento da matrícula, certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Justiças Federal, Estadual e Militar, conforme previsto na letra "f" do item 7.1.1 deste edital, e não poderá estar indiciado em inquérito comum ou militar ou sendo processado criminalmente por crime doloso.

3.4 O militar da PMMG, legalmente incluído na Corporação, além dos requisitos gerais aplicáveis, previstos no item 3.1, deverá possuir os seguintes requisitos específicos:

a) não ter cometido mais de uma transgressão disciplinar de natureza grave transitada em julgado, nos últimos doze meses;
 b) estar classificado, no mínimo, no conceito "B", com até 24 pontos negativos;
 c) estar aprovado na prova escrita do TPB, na avaliação prática com arma de fogo e no TAF;
 d) não estar submetido a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS);
 e) possuir no máximo 20 (vinte) anos de efetivo serviço até a data de início do curso.

3.5 As condições previstas nas letras "a", "b", "c" e "d" do item 3.4 serão verificadas quando da convocação do candidato classificado à 2ª fase do concurso, por meio de declaração da Seção de Recursos Humanos da respectiva unidade, e deverão continuar sendo satisfeitas também na data da matrícula, sob pena de eliminação do candidato classificado e preenchimento da vaga por outro aprovado, na ordem de classificação. A condição prevista na letra "e" do item 3.4 será verificada no momento da matrícula.

3.6 O candidato militar da PMMG que se encontrar incluído na Corporação amparado por liminar judicial, concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, civis e militares de outras instituições, devendo preencher os requisitos constantes nos itens 3.1 e 3.4 deste edital e ser aprovado, apto e indicado em todas as fases, sem exceção.

Anexo D – Edital nº. 002/2008 – CFO da PM de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO POLÍCIA MILITAR DIRETORIA DE PESSOAL CENTRO DE SELEÇÃO, INGRESSO E ESTUDOS DE PESSOAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/CESIEP/2008

O Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o Artigo 7º, Inciso I, da Lei Complementar nº. 381 de 07 de maio de 2007, combinado com o Decreto Estadual nº. 3.485 de 15 de setembro de 2005, artigo 2º, inciso III, faz saber, através do presente Edital, que estão abertas as inscrições para o **CONCURSO PÚBLICO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAL – CFO**, para admissão ao Quadro Combatente da Polícia Militar de Santa Catarina.

1 DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A investidura no serviço público se dá no ato da matrícula no Curso de Formação de Oficiais.
- 1.2 Com a investidura, o investido passa ser denominado Cadete da PMSC, durante o Curso de Formação de Oficiais.
- 1.3 Após o término do curso, os Cadetes aprovados serão nomeados Aspirantes a Oficial e cumprirão estágio probatório pelo período de 06 (seis) meses.
- 1.4 Após o estágio probatório, os Aspirantes a Oficial aprovados serão promovidos a 2º Tenente, iniciando a carreira de Oficial da Polícia Militar de Santa Catarina.
- 1.5 A Carreira de Oficial da Polícia Militar oferece os seguintes Postos: 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel podendo encerrar-se no Posto de Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina.
- 1.6 Os vencimentos iniciam a partir do primeiro mês do Curso de Formação de Oficiais, no valor de R\$ 1.545,02 (Um mil quinhentos e quarenta e cinco reais e dois centavos). O Aspirante a Oficial tem vencimentos no valor de R\$ 3.753,61 (Três mil setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos) e o Oficial, vencimentos compatíveis com a carreira, além de vantagens pessoais.
- 1.7 Os Policiais Militares de Santa Catarina têm direito a fardamento, alimentação, previdência social especial, assistência à saúde própria e dos dependentes por intermédio do Hospital da Polícia Militar e Odontoclínica entre outras prerrogativas contidas no Estatuto dos Policiais Militares (Lei nº 6.218 de 10/02/83).
- 1.8 Os Oficiais da PM exercem função de Comando, Diretoria e Chefia nas atividades da Polícia Militar.

2. DAS VAGAS

- 2.1 **Este Edital de Concurso Público oferecerá 33 (trinta e três) vagas para o sexo masculino e 02 (duas) vagas para o sexo feminino, totalizando 35 (trinta e cinco) vagas.**
- 2.2 Os candidatos aprovados e classificados iniciarão o Curso de Formação de Oficiais no primeiro semestre de 2009.
- 2.3 Não haverá reserva de vagas para portadores de deficiência em razão da incompatibilidade para o exercício das atribuições do cargo (**art. 142, X, Constituição Federal e art. 11 da Lei 6.218 de 1983 – Estatuto da PMSC**).

3 DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA INCLUSÃO E MATRÍCULA NO CFO

- 3.1 Ser brasileiro nato;
- 3.2 **Ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo de 28 (vinte e oito) anos de idade, a serem completados até o dia 31 de dezembro 2008. (grifo nosso)**
- 3.3 Ter no mínimo a altura de 1,65m, se do sexo masculino e 1,60m, se do sexo feminino;
- 3.4 Estar em dia com as obrigações relativas ao Serviço Militar, se do sexo masculino;
- 3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 3.6 Não ter sido condenado por crime doloso;
- 3.7 Ter sido licenciado no mínimo no comportamento "Bom", se Militar ou Reservista das Forças Armadas;
- 3.8 Estar classificado no mínimo no comportamento "Bom" se militar da ativa;
- 3.9 Ter o título de Bacharel em Direito ou Ciências Jurídicas;
- 3.10 Estar habilitado para dirigir veículo automotor apresentando Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Permissão para Dirigir no mínimo na categoria "B";
- 3.11 Se possuir tatuagem, a mesma não deverá ficar exposta quando trajando o uniforme de Educação Física Militar previsto no Regulamento de Uniformes da PMSC;
- 3.12 Aos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, por pertencerem aos Quadros da PMSC, deverão apresentar os requisitos constantes nos itens 3.2, 3.5, 3.6, 3.8, 3.9 e 3.11.

Anexo E – Edital nº. 001/113/08 – CFO da PM de São Paulo

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO **ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO** **Concurso Público para Admissão ao Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais** **Policiais Militares (QOPM) e do Quadro de Oficiais de Polícia Feminina (QOPF)**

EDITAL Nº APMBB-001/113/08

A Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), estabelecimento de Ensino Superior da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), em associação com a Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), declara que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público de Admissão, para o preenchimento de 50 (cinquenta) vagas destinadas ao Curso de Formação de Oficiais (CFO), sendo 35 (trinta e cinco) vagas relativas ao Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e 15 (quinze) vagas relativas ao Quadro de Oficiais de Polícia Feminina (QOPF), para o ano 2009, vagas decorrentes da Lei Estadual nº 1.889, de 15 de dezembro de 1978, alterada, respectivamente, pelas Leis Estaduais nº 6.451, de 12 de maio de 1989 e nº 9.705, de 20 de junho de 1997. O curso funcionará na APMBB, em **regime de internato**, nos termos da Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008 e do Regulamento da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (RAPMBB), aprovado pelo Decreto Estadual nº 52.575, de 11 de dezembro de 1970, e de suas alterações, bem como nos termos das prescrições do presente edital, observando-se os critérios da Lei Estadual 11.064, de 08 de março de 2002 e da Portaria Nº CMTG-PM1-001/02/04, no que couber.

1. INSCRIÇÕES

1.1. LOCAL:

1.1.1. os locais para a realização das inscrições estarão relacionados no Manual do Candidato da FUVEST.

1.2. CONDIÇÕES:

1.2.1. os candidatos, para ingresso no CFO, deverão, obrigatoriamente, atender às exigências elencadas a seguir:

1.2.1.1. ser brasileiro;

1.2.1.2. contar no máximo, 26 anos de idade **completados até o dia 31 de dezembro de 2008**, exceto para os Policiais Militares pertencentes à Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP);

1.2.1.3. ter concluído ou estar cursando o último ano do **Ensino Médio ou equivalente**, a ser comprovado, em data estabelecida no calendário da 3ª fase do concurso, por ocasião da entrega dos documentos para a matrícula;

1.2.1.4. ser solteiro (exceto a Praça de Carreira da PMESP);

1.2.1.5. estar no gozo dos direitos políticos;

1.2.1.6. **estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino e maior de 18 (dezoito) anos;** (grifo nosso)

1.2.1.7. ter irrepreensível conduta social e não registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício da função;

1.2.1.8. não ter respondido e não estar respondendo a Processo Administrativo, cujo fundamento possa incompatibilizá-lo com a função Policial Militar, se funcionário, servidor público ou militar;

1.2.1.9. ter, **no mínimo**, 1,66m de altura para o **homem**, descalço e descoberto;

1.2.1.10. ter, **no mínimo**, 1,60m de altura para a **mulher**, descalça e descoberta;

1.2.1.11. deverá estar, a Praça Militar, até a data final da inscrição, enquadrada pelo menos, no comportamento disciplinar "BOM", condição essa a ser confirmada por ocasião da entrega dos documentos para a matrícula;

1.2.1.12. não ter sido, a Praça da PMESP, punida, nos últimos 02 (dois) anos, a contar da data de inscrição, por transgressões disciplinares enquadradas nos itens "1 ou 2" do parágrafo primeiro, combinadas com os itens "1", "2" ou "3" do parágrafo segundo do artigo 12, além de outras transgressões GRAVES, todas atinentes ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo (RDPM), instituído pela Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, cuja natureza deverá ser objeto de apreciação pela Comissão de Matrícula;

1.2.1.13. aplicam-se ao Soldado Policial Militar Temporário (Serviço Auxiliar Voluntário) as regras estabelecidas para os candidatos civis, nos termos do inciso III, do artigo 41, do Decreto Estadual nº 52.575/70 e, no que couber, o disposto na Portaria nº CMTG-PM1-001/02/04.

1.3. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

1.3.1. a documentação necessária para a inscrição deverá atender às exigências estabelecidas no Manual do Candidato da FUVEST.

1.4. DISPOSIÇÕES IMPORTANTES:

1.4.1. as condições e requisitos para a inscrição serão comprovados e analisados durante todo o processo seletivo, inclusive nos períodos de admissão e de matrícula;

1.4.2. a condição relativa à altura será aferida por ocasião da apresentação do candidato à APMBB para ser submetido à 3ª fase do concurso. Aqueles que não obtiverem o índice mínimo exigido serão, no dia subsequente e imediato, pela manhã, reavaliados por meio de nova aferição;

1.4.3. os inscritos, que obtiverem aprovação na 1ª fase do concurso, serão convocados para as 2ª e 3ª fases. Por ocasião da execução da 3ª fase, serão grupados em turmas para fins de submissão aos exames dessa fase. Se aprovados e classificados, os candidatos passarão à 4ª fase do concurso;

Anexo F – Edital nº. 001/2008 – CFO da PM da Bahia

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA COMANDO-GERAL CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES – CFOPM/2009

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES N.º 001-CG/2008

O Comandante-Geral da Polícia Militar da Bahia, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 37, *caput* e incisos II a IV, da Constituição Federal, e art. 14 da Constituição Estadual, c/c os arts. 5º e 6º da Lei Estadual n.º 7.990, de 27 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia), RESOLVE tornar público, que estarão abertas, no período de **26/09 a 12/10/2008**, via Internet, as inscrições ao Concurso Público de Provas para Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares/2009 (CFOPM/2009).

Por força do Convênio 18/2005, firmado entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Secretaria da Segurança Pública, tendo como interveniente/anuente a Polícia Militar da Bahia, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE) em 13/04/2005, o Processo Seletivo da UNEB/2009 constitui-se na primeira etapa do Concurso Público de Provas para Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares/2009.

1. DAS VAGAS

Serão oferecidas 200 (duzentas) vagas, a serem preenchidas por ordem de classificação e conforme as opções apresentadas de acordo com o quadro abaixo:

Sexo masculino – 176

Sexo feminino – 24

2 DO CARGO

2.1 Os candidatos matriculados no Curso de Formação de Oficiais PM (CFOPM) serão nomeados praças especiais da PMBA, na graduação de Alunos Oficiais PM e receberão bolsa de estudo, na forma do § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.990, de 27 de dezembro de 2001, exceto se forem policiais militares de carreira, hipótese em que poderão fazer a opção de que trata o § 3º do mencionado dispositivo legal;

2.2 Os candidatos matriculados no Curso de Formação de Oficiais PM (CFOPM) de que trata o item anterior ficarão sujeitos ao regime de internato e dedicação exclusiva ao Curso, além de serem submetidos a uma Sindicância Social. Serão declarados Aspirantes-a-Oficial PM após a conclusão, com aproveitamento, do referido curso, nos termos da Lei Estadual n.º 7.990, de 27 de dezembro de 2001.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para investidura na graduação de Aluno Oficial PM, os quais deverão estar preenchidos na data da matrícula do candidato aprovado no CFOPM/2009:

3.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado;

3.1.2 Ter, no mínimo, **18 (dezoito) e, no máximo, 30 (trinta) anos de idade**; (grifo nosso)

3.1.3 Estar em dia com o Serviço Militar Obrigatório;

3.1.4 Quando ex-militar, ter sido licenciado da Corporação, no mínimo, no comportamento “BOM”;

3.1.5 Se militar das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, possuir autorização e parecer favorável à inscrição, assinados por seu comandante (Cmt), chefe (Ch) ou diretor (Dir); sendo praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”;

3.1.6 Ser eleitor e achar-se em gozo dos seus direitos políticos;

3.1.7 Possuir idoneidade moral, comprovada, principalmente, por meio de folha corrida policial e judicial, e não ter sido condenado em processo administrativo, se servidor público ou militar, nos últimos cinco anos, com fundamento que possa incompatibilizá-lo com o exercício da função policial-militar;

3.1.8 Possuir aptidão física e mental, comprovada mediante exames psicológicos, médico-odontológicos e testes físicos, na forma prevista neste Edital;

3.1.9 Possuir estatura mínima de 1,60m, para candidatos do sexo masculino, e 1,55m, para candidatos do sexo feminino;

3.1.10 Possuir o curso de Ensino Médio completo (antigo 2º grau) ou equivalente;

3.1.11 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

Anexo G – Alistamento Militar Anual da Diretoria de Serviço Militar – DSM

Diretoria de Serviço Militar – DSM

Órgão de apoio técnico-normativo, encarregado de dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades ligadas ao Serviço Militar, no âmbito do Exército, em todo o território nacional.

O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas pelas Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica - e compreenderá, na mobilização, todos os encargos com a Defesa Nacional.



Pois é... Na evolução da nacionalidade - a nossa história é plena de dignificantes exemplos - por diversas vezes, brasileiros foram convocados a empunhar armas, participando de um Exército consciente de suas responsabilidades institucionais na defesa da nossa Nação.

No início do século XX, necessidades inadiáveis impuseram à Nação normatizar procedimentos e adotar rotinas até então realizadas de maneira empírica.

Em 1908 foi instituída, por lei, a obrigatoriedade do Serviço Militar. Todavia o novo sistema só foi efetivado após memorável campanha cívica de Olavo Bilac.

A lei determinava que o recrutamento se fizesse mediante sorteio militar, o que foi inaugurado em 1916.

Globo utilizado no 1º Sorteio de conscritos, em 10 de dezembro de 1916

Tal sistema vigorou até 1945, quando foi implantado o recrutamento na forma de convocação geral por classe, em vigor até os dias de hoje.

A estrutura do Serviço Militar, com órgãos disseminados em todo o território brasileiro, está baseada numa ampla legislação, com alto sentimento da história e das tradições nacionais.

A Constituição Federal, em seu artigo 143, estabelece que o Serviço Militar é obrigatório, nos termos da lei.

Como principal instrumento legal, a LEI DO SERVIÇO MILITAR (Lei Nº 4.375, de 17 de Agosto de 1964) e seu REGULAMENTO (Dec Nº 57.654, de 20 de Janeiro de 1966) fixam as normas, os procedimentos, os direitos e os deveres de todos os cidadãos brasileiros, no que tange à prestação do Serviço Militar obrigatório.

Por isso nos alistamos!!

Endereço: Quartel-General do Exército - Bloco "D" - 2º Pavimento

Bairro: Setor Militar Urbano

Cidade: Brasília

UF: DF

CEP: 70630-901

Serviço Militar Inicial

No ano em que o cidadão brasileiro completar 18 anos, ele deve comparecer à Junta de Serviço Militar da cidade onde reside para efetuar seu alistamento militar: (período de 1º de janeiro a 30 de abril).

O jovem deverá conduzir a Certidão de Nascimento (original), uma foto 3x4 e comprovante de residência. Caso tenha sido aprovado em vestibular, ou esteja cursando Medicina, Odontologia, Farmácia ou Veterinária, poderá pedir adiamento de incorporação até o término do curso na faculdade.